

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – UFES**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

**MÔNICA PATRÍCIA GOMES MACHADO**

**Políticas Públicas de Juventude no Espírito Santo: experiências tecidas em  
um percurso profissional**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional na linha de Pesquisa: Políticas Públicas, Trabalho e Processos Formativo-educacionais.

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup>Dr.<sup>a</sup>.Ana Lúcia Coelho Heckert**

Vitória

2019

**Mônica Patrícia Gomes Machado**

**Políticas Públicas de Juventude no Espírito Santo: experiências tecidas em um percurso profissional**

---

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

**Comissão Examinadora**

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Lúcia Coelho Heckert**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional

(Presidente da Banca)

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Esther Maria de Magalhães Arantes**

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

(Membro Externo)

---

**Prof. Dr. Jesio Zamboni**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

(Membro Interno)

---

**Prof. Dr. Acácio Augusto Sebastião Júnior**

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

(Membro Convidado)

*Ao meu avô Lino Santos Gomes, o rei do saber, o rei do quilombo!*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Margarida Eugenia e Izaias Marques, à minha irmã Barbara Mariana, foi com as vozes de vocês que caminhei. Minha mãe – pedagoga, professora e psicanalista, que comigo produziu amor e liberdade, com seu modo vanguarda de ver a vida, a educação como uma prática libertadora, sempre seguiu seu mestre Paulo Freire... tínhamos que estudar sim, mas a vida é muito maior do que os muros da escola!

Entendi que minha escolha profissional seria só minha e ela apostaria em tudo, sempre! Assim apostou no meu desejo pela psicologia no Rio de Janeiro, topou acompanhar de longe e sempre tão presente... Com seu amor, lucidez, cuidados imensos. Ela me apresentou a força do feminino, a minha primeira feminista negra! Meu pai, jornalista, com sua serenidade diz sempre dos sonhos que devemos nos aproximar e que ele estaria sempre por perto para o que fosse.

Minha irmã, mais nova que eu, diferença grande de idade, de quem sempre cuidei, se tornou uma mulher atriz e cineasta incrível! Morando hoje em Los Angeles, acompanha de perto tudo aqui, diz sempre que se orgulha de mim, mas sou eu que me orgulho da mulher linda e forte que ela se tornou, com pensamentos tão importantes sobre o viver. Com esse mar de amor, de uma casa que sempre teve luz de proteção, suavidade, afeto e música... Segui numa colcha de retalhos construída por nós, com tantas apostas de vida e muito afeto.

Aos meus tios e padrinhos Elisa Lucinda e José Arimatheia, tão valiosos! Minha tia poetisa negra, que tem a palavra como força, como ferramenta de trabalho; meu tio da inteligência sagaz tão bem aplicada a tarefa de procurador e negro, com eles vivi a fantasia, a alegria, o carinho e também com eles olhei para os espaços de luta, de militância e negritude

São essas minhas raízes, de uma árvore que nunca ficou escondida em quintais, que como uma família de negros que alcançou privilégios, diferente de tantos negros fortes do nosso país, tínhamos como obrigação utilizar o que possuíamos para fortalecer a quem o privilegio não chegou. Era o compromisso de mundo do meu avô, que dizia ser “um negro absoluto”. Advogado, professor, sindicalista, socialista, lutou contra a ditadura militar, pela redemocratização do país... Não poderíamos deixar passar tudo que nos atravessava o corpo: a luta pela coletividade, a luta contra as desigualdades, a luta contra a opressão, a luta contra o racismo. Foram eles que compuseram comigo as minhas escolhas.

Aos meus amigos Hingridy (Guigui), Karen (Mane), Camila (Casqueti), Meyri, Anselmo, Sasa, Chris e Fabrício, foram meus espaços de emoção, amparo, de compartilhamentos de lutas, cumplicidades. Estão na minha vida a todo tempo, entenderam que para a produção da dissertação, tive que sumir. Escutei: “Cadê vc?”, “Estou com saudade!”... E escutei também: “Estamos aqui, te esperando”. Meu coração vibra de saber que estamos juntos. Os gritos de alegria, os abraços silenciosos, a gratidão imensa.

Aos meus amigos do encontro na UFES, seguimos juntos nas trocas, angústias e vida. Entraram para minha vida: Sabrina, Anto e Bruno. Obrigada por tudo, por vezes distantes, mas não largamos a mão um do outro.

A minha orientadora Ana Heckert, a mulher forte, intensa, de uma inteligência que me deixa vidrada quando fala, ela me desconstruiu, me tirou do lugar que eu achava que compreendia muito, tive que me rasgar e escutar o que até então não tinha escutado em nenhum lugar. Foi por esse encontro tão forte que tudo mudou em mim sobre trabalhar com a potência que é a juventude. Que honra ter Aninha no meu caminho.

Ao grupo de orientação com Cynthia, Gabi, Fabrício, Diego, Danilo e novos colegas que dão conforto e força as produções. Que grupo lindo!

A Roseane, minha linda chefe, que admiro muito sua habilidade e conhecimento de gestora, seu afeto e respeito pelo outro, que a torna uma potente gestora nas políticas de assistência social. Obrigada pela aposta, obrigada por vibrar junto comigo e com apitos coloridos, não é?

Aos jovens, que atravessaram meu caminho e ficaram, que me trouxeram até aqui. Que me movimentam, me apontam a dimensão da vida por suas expressões, por suas vozes, força, luz! Pela aposta na juventude negra viva, estou aqui! E seguirei

*"Tempo doido, época feia  
O mundo quer salvar o jovem, mas não fala de escola  
Só fala de cadeia  
Tempo é dinheiro, morre a paciência  
Aí vira o que? Os com diploma versos os consciência  
A fundação é tudo, menos casa do império  
É mó boi odiar o diabo, eu quero ver é vocês viver lá no inferno  
"Não existe amor em SP"? Existe sim!  
Cês acham que as mães de maio chora por quê?  
Tem que sobreviver ao pai que abusa  
O ferro sobre a blusa  
As farda que mata nóiz e nunca fica reclusa  
Ao Estado que te usa, ao padrão de beleza musa  
E aos otário que ainda quer vim me falar de racismo ao contrário  
Tempo doido, tempo doido, a espinha gera  
Onde as mulhé é estuprada e no final a culpa ainda é delas  
O problema é seu e da sua dor  
Às vez eu me sinto inútil aqui, que eu não valho nada  
Mas pra esses bunda mole ai que acha que nóiz tá dormindo  
Um aviso: Não é porque nóiz tá sonhando que nóiz tá dormindo, viu?"*

(Emicida)

## RESUMO

Esta dissertação visa a contribuir no debate acerca dos processos de criminalização e silenciamento da juventude negra e pobre capixaba, moradora das periferias urbanas. As temáticas aqui abordadas foram delimitadas a partir de análises acerca da vivência profissional da autora, atuando como psicóloga no âmbito de políticas voltadas à juventude. Delimitamos alguns eixos desta experiência profissional para debater o modo com as políticas governamentais são efetuadas, em boa parte dos casos sem uma escuta cuidadosa e analítica acerca das demandas deste segmento da população. Almejamos colocar em análise a chamada 'onda jovem' que significou o crescimento da população juvenil, o incremento à participação dos jovens na construção de políticas públicas para este segmento, assim como as ações que vêm fomentando de forma cada vez mais intensa o processo de criminalização da juventude pobre e negra.

**Palavras-chaves:** Juventude. Políticas Públicas. Participação. Conferências

## **ABSTRACT**

This dissertation intends to contribute to the argumentation about the processes of criminalization and silencing of the black and poor youth of the city of Espírito Santo, who lives in the suburb. The topics covered here were based on analyses about the author's professional experience as a psychologist in the area of youth public policies. Some axes were delimited of this professional experience with the youth to discuss how government policies are carried out, in most of cases without careful and analytical listening about the demands of youth population. We aim to analyze the phenomenon 'young wave' that has meant the growth of the youth population, the increase in the participation of young people in the construction of public policies for this segment, as well as the actions that have been increasingly intense the process of criminalization of poor and black youth.

**Keywords:** Youth. Public Policies. Participation. Conferences.

## **LISTA DE SIGLAS**

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CRJ – Centro de Referência da Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEJUNES – Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IFES - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONG – Organizações Não Governamentais

PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEMAS – Secretaria Municipal da Assistência Social

SEMUS – Secretaria Municipal de Saúde

SESC – Serviço Social do Comércio

SEST - Serviço Social do Transporte

SETADES – Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social

SG-PR/SNAS - Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação Social

SISC – Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SUAS – Sistema Único da Assistência Social

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
1. A JUVENTUDE COMO UM PERIGO A SER CONTROLADO .....	22
1.1 A JUVENTUDE ENQUANTO UM PROBLEMA BIOPOLÍTICO.....	26
1.2 DE QUANDO SER JOVEM TORNA-SE UM RISCO .....	29
1.3 RISCO E VULNERABILIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	31
2. QUANDO FALO O QUE ESCUTAM? JUVENTUDE E OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO.....	44
2.1 A GESTÃO DE VIDAS: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL.....	49
2.2 O DISPOSITIVO CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE .....	51
2.3 SOBRE A JUVENTUDE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	56
2.4 AS CONFERÊNCIAS DE JUVENTUDE NO ES .....	59
2.5 DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACONTECIMENTO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS.....	65
2.6 DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACONTECIMENTO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E NACIONAL .....	71
2.7 INQUIETAÇÕES PROVOCADAS NAS CONFERÊNCIAS .....	77
3. CONTENDO VIDAS: A JUVENTUDE NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	81
3.1 CASA AMARELA - DE UMA PRÁTICA EM PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	85
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	97
BIBLIOGRAFIA .....	101

## INTRODUÇÃO

*“Não vê os rios que nunca enchem o mar?  
A vida de cada um também é assim: está sempre toda por viver.”  
(Mia Couto)*

Esta dissertação objetiva contribuir no debate acerca dos processos de criminalização e silenciamento da juventude pobre capixaba, moradora das periferias urbanas. As temáticas aqui abordadas foram delimitadas a partir de análises acerca da minha experiência profissional como psicóloga que atuou e continua atuando no âmbito de políticas voltadas à juventude.

A experiência é aquilo que nos passa, nos atravessa e na qual nos tornamos outros (LARROSA, 2011). Trazer uma experiência como matéria prima de uma dissertação é sempre tratar de deslocamentos, desvios, derrapadas, zonas de não saber, repetições de práticas naturalizadas, atrevimentos e impasses.

Porque a abertura que a experiência dá é a abertura do possível, mas também do impossível, do surpreendente, do que não pode ser. Por isso a experiência sempre supõe uma aposta pelo que não se sabe, pelo que não se pode, pelo que não se quer. A experiência é um talvez. Ou, o que é o mesmo, a experiência é livre, é o lugar da liberdade” (LARROSA, 2011, p.19)

É disso que se trata nesta dissertação. Parti de experiências tecidas em meu percurso profissional para debater questões, indagações, análises acerca das políticas públicas direcionadas à juventude, buscando colocar em análise o incremento à participação em tais políticas, assim como as ações que vêm fomentando de forma cada vez mais intensa o processo de criminalização da juventude pobre e negra.

Pretendemos nessa dissertação suscitar pensamentos, traçar desafios, criar e enxergar novos lugares de vida. Esse exercício de escrita marcará algumas trajetórias para pensar as tantas histórias de parte de uma juventude capixaba participante na construção de políticas públicas, numa caminhada que pretende romper com o que é hegemonicamente colocado, que pode provocar durezas.

Os muitos lugares que estive me trouxeram para esse lugar da escrita, da pesquisa, da definição desse tema. Traremos aqui alguns percursos vivenciados na construção de políticas estatais e governamentais. Objetivamos debater como essas políticas se movimentam na vida dos jovens em suas periferias.

Para isso o estudo iniciou tomando como caminho minha trajetória de vida profissional, minha prática como trabalhadora em políticas públicas de juventude, os desafios, as posturas adotadas, a gestão, as “formulações” dessas políticas, os tantos elementos vividos que foram me apontando para a escrita sobre juventude.

Esse tema tomou minha vida não apenas no campo profissional, há em mim uma aposta na construção de políticas públicas conectada à vida de jovens pobres, negros, da periferia. Uma vida que não os criminalize, a produção de espaços de todos os tipos, inclusive públicos, que produzam alegria, circulação, criatividade, expressão. Espaços que não produzam armadilhas, espaços que não paralitem a movimentação da juventude.

Como trabalhadora nessas políticas penso que o modo de organização de algumas políticas estatais e a ação de seus trabalhadores podem estar fortalecendo o controle dessas vidas, pautados em crenças de que somente alguns caminhos sejam possíveis: o jovem ser inserido no mundo trabalho, se manter na escola, se “proteger” contra o uso de drogas e de uma possível captura pelo tráfico, constituir uma família futuramente... Mas será que não estamos falando de modelos hegemônicos? Que formas podemos pensar para além do que se apresenta como “bom para jovem”, como um “bem-estar” que responde a uma demanda do modo de produção capitalista para alguns grupos sociais. Os traçados de algumas políticas podem nos conduzir para campos diversos, e essa pesquisa se propõe a discutir a problemática que envolve a juventude.

Traremos questões, atravessamentos, provocações sobre a convocação da juventude para determinados espaços de construção das políticas públicas, assim como os efeitos dos formatos dados por essas políticas na vida do jovem pobre da periferia. Lidamos com políticas que se propõem a dar atividades, soluções e

respostas para um determinado grupo social. Consideramos necessário debater as consequências da entrada dessas políticas na vida dos jovens.

## **A CAMINHADA**

O desafio deste trabalho, formulado no processo de qualificação do projeto de pesquisa, foi o de extrair da trajetória profissional que experimentei algumas questões concernentes ao processo de elaboração de políticas públicas de juventude. Para lidar com este desafio, darei destaque às práticas inquietantes que me deslocaram de lugares, ofuscaram o olhar e apontaram questões que trarei para essa escrita.

No período de 2004 a 2008 atuei como coordenadora estadual de juventude, numa função que consistia em trabalhar junto aos municípios do estado do Espírito Santo a formulação de políticas públicas de juventude. Algumas destas políticas tinham seu formato definido pelo governo federal, outras eram formuladas em âmbito estadual e/ou municipal.

O governo estadual objetivava a construção de políticas no estado do ES, para isso pensava-se em ouvir o jovem em seus espaços de vida (nos diversos municípios do ES). Era uma época em que se discutia a importância de “se ouvir a juventude”, que fosse viabilizada a construção de políticas que inserissem “a fala do jovem”, “o desejo do jovem”, acreditava-se que diferente das formulações de políticas para crianças, “o jovem pode escolher o que quer”. Pensava-se ser este o modelo mais adequado de construção de políticas para juventude, promovendo a suposta participação do jovem, denominando estes momentos como “espaços de escuta”.

Tudo era vivido como novo, contávamos com poucas experiências neste âmbito, ou seja, de elaboração de políticas de juventude, e o Estado tinha que formular suas proposições. Nosso trabalho se voltava aos municípios que seriam capacitados/formados/orientados para ‘receber’ essas políticas. O contato com os municípios se dava de muitas formas, por meio de reuniões, encontros, seminários, formações e visitas.

Quando saíamos para as visitas construíamos em equipe uma metodologia de orientação para as equipes municipais e, em algumas vezes, para a “escuta do jovem”. A proposição era de realizar um encontro, uma roda de conversa, que permitisse o registro e a sistematização do que fosse dito por eles. A mobilização dos jovens era feita pelas equipes municipais e os jovens inseridos nestes encontros, em sua maioria, já participavam de projetos do governo federal.

Foram muitas as circulações pelos diversos municípios capixabas. Nas visitas efetuadas aos municípios observávamos o modo de constituição de seus territórios geográficos e existenciais, conversávamos com algumas famílias.

Algumas questões nos inquietavam. Como chegar num espaço que não era nosso? Estávamos dispostos a escutar como a vida ali se engendrava? Ou faríamos alguns ajustes metodológicos, para que os jovens fossem atendidos por essa “nova política”? Percebíamos que não seriam atendidos como se esperava, pois outras tantas políticas já aconteciam naquele município. Hoje percebo que chegávamos com a pretensão de alterar uma forma de viver naquele espaço, mas não sabíamos o que ou como se dava a movimentação da vida naquela cidade. E como pensar política de juventude desse modo?

Nossas idas aos municípios se tornavam quase sempre um grande acontecimento para as equipes municipais. Éramos recebidos como “autoridades”, os “detentores do saber em políticas públicas” e os portadores de soluções para as dificuldades. Era angustiante e, em mim e em alguns profissionais, um mal-estar gerava, para outros nem tanto, era bom, se sentiam de fato os possuidores de um determinado saber, com respostas técnicas e prontas a serem apresentadas.

Aquela forma de trabalho também era nova para todos nós. Eu mal havia chegado em um trabalho no poder público, e em meses deveria estar pronta para respostas, orientações, formações e falas. E como o foco das ações era a juventude, isso se tornava ainda mais penoso, pois existia uma cobrança e um direcionamento nacional para que políticas públicas de juventude fossem implementadas. Estávamos no ápice da chamada “onda jovem” em que houve um aumento da população jovem na faixa etária de 15 a 24 anos, que passou a significar dificuldades no acesso a serviços públicos diversos. Teríamos que dar respostas.

Os programas federais chegavam com seus traçados metodológicos definidos, bem produzidos, faltando apenas que o jovem fosse “encaixado” ali. E nas orientações as equipes municipais, que nos recebiam tão bem, expressavam alguns de seus anseios: “temos os jovens, mas como podemos conduzi-los para esses programas?”, “Não é fácil trabalhar com jovens, eles nunca querem nada, será que esse programa tem bolsa? Se não tiver, ficará difícil atrair o jovem.”

Um dos programas do governo federal para adolescentes e jovens – que já havia sido modificado no período em que eu estava no governo do estado -, fazia a concessão de uma bolsa para participação dos jovens. Com a modificação realizada, essa bolsa deixou de existir e criou-se um imenso incômodo de como trabalhar com a juventude sem usar o dinheiro para atraí-los. Então era necessário dar dinheiro para que o jovem participasse desses programas? Para muitos profissionais era difícil trabalhar com os jovens, considerados sempre difíceis, esse dinheiro se tornava um manejo importante no controle da participação de jovens pobres.

Entrava-se num ciclo de que para o funcionamento dessas políticas, atrativos deveriam existir. Deveríamos ouvi-los, sim, de fato, tínhamos que ouvi-los... Mas serem ouvidos atendia a quem? Respondia a quem? Num contexto estadual caminhamos por muitos cantos, modos de viver, cidades. Colher o que o dizia o jovem às vezes se tornava o grande “ganho”, mas após isso, quais construções viriam? Como pensar as políticas de juventude em um estado tão diverso, em que outras tantas frentes, fragilidades e realidades dos municípios atravessavam tudo?

Muitos planejamentos das ações se centraram no norte do estado, onde estão localizados os municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)<sup>1</sup>. Foram 29 municípios identificados pelo UNICEF em que foi pactuado com o estado

---

<sup>1</sup>O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) compara indicadores de países nos itens riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população, especialmente das crianças. Varia de zero a um e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Na divulgação feita em novembro de 2007, com dados referentes a 2005, o Brasil pela primeira vez alcançou o nível 0,80, passando a integrar o grupo de países com IDH elevado. Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo, e os com índices entre 0,50 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio. (IPEA)

o Selo UNICEF.<sup>2</sup> O município que conseguisse alcançar a melhoria em seus indicadores de políticas públicas para crianças e adolescentes, efetuando as ações propostas pelo UNICEF, receberia o Selo. Para isso o UNICEF esteve no estado do ES por muitas vezes, formando as equipes estaduais para implantação do Selo UNICEF, iniciando uma grande disputa entre os municípios para a conquista deste Selo.

As políticas de juventude não estavam incluídas nas tais metas para o Selo, mas *pegaram carona* nesse empenho dos municípios. De forma ligeira, construiu-se a ideia dos Espaços Jovens, que seriam pequenos espaços/escritórios administrados pelos jovens, e o governo do estado possuía recurso para equipar esses espaços com computadores e TVs.

Circulei os 29 municípios nas chamadas escutas aos jovens, essas conversas eram acompanhadas pelos técnicos municipais. Acreditávamos na criação desses espaços jovens que, administrados pelos próprios jovens, poderiam se tornar disparadores de políticas para juventude nos municípios. Mas como? Tudo era construído de forma ligeira, as respostas deveriam ser rápidas, afinal de contas, o dinheiro precisava ser utilizado.

E nesse fluxo, com grande acúmulo de trabalho e com uma equipe composta por pouquíssimos profissionais, ia seguindo uma rápida construção de políticas (se podemos assim chamar). Algumas ideias já haviam sido construídas no plano de ações da secretaria, mas o tempo era sempre curto para pensarmos o funcionamento e os efeitos das ações realizadas ou se de fato era aquele o

---

<sup>2</sup>Selo UNICEF é uma iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF voltada à redução das desigualdades e à garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao participar do Selo UNICEF, os municípios assumem o compromisso de elaborar diagnóstico da situação de crianças e adolescentes e um Plano Municipal de Ação para enfrentar problemas que afetam essa população. Os municípios se comprometem a desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, proteção e participação social e a monitorar os resultados alcançados por meio de indicadores e de debates em fóruns comunitários. Os municípios certificados pelo Selo UNICEF passam a fazer parte de um grupo de municípios reconhecidos internacionalmente pelo UNICEF por seus avanços em favor da infância e adolescência.

caminho. Hoje percebo que tudo se organizava para que de fato uma escuta cuidadosa e a construção de políticas públicas com os jovens não se efetuassem.

Nesse movimento, chega o ano de construção da I Conferência Nacional de Juventude – 2008. A Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social, assumiu toda a organização da conferência no ES, pois ali estava localizada a política estadual de juventude. Ainda não estava instituído o Conselho Estadual de Juventude, e o protocolo da conferência permitia a organização por uma comissão organizadora, composta por poder público e sociedade civil.

Naquele momento inicia-se um longo processo para a composição da comissão organizadora. Alguns municípios da Grande Vitória já possuíam gerências, coordenações e conselhos de juventude, mas e a sociedade civil? <sup>3</sup> Que representações seriam interessantes? Com a orientação do município de Vitória, que já havia identificado grupos de juventude na cidade, fomos compondo a comissão. Até este momento eu não havia sentido o quanto a condução dessa comissão iria me afetar, que ao final de tudo me conduziria para o pedido de desligamento do cargo que eu ocupava.

Função de gestão em governo estadual nos transporta para uma grande exposição profissional. Coordenamos, assessoramos, formamos gestores municipais, somos os tais “detentores de um saber” e para isso, algumas regras: planeje rapidamente, responda rapidamente sem deslizes, fale em público com segurança, aprenda rapidamente como essa máquina de poder funciona. Toda essa ordem de coisas/regras era parte do meu cotidiano na coordenação estadual de políticas públicas de juventude.

E dentro desse percurso profissional do qual iremos tratar nessa dissertação, observamos o momento da conferência como sendo algo que coloca em questão

---

<sup>3</sup> Nesse campo os representantes da sociedade civil são entendidos como pessoas ou grupos vinculados a movimentos sociais que ocupam espaços formais de deliberação de políticas públicas.

essa prática. Deste processo de construção da conferência traremos fragmentos que nos chamaram atenção acerca dos modos de dizer que havia participação, escuta e construção de políticas públicas juntos com jovens.

Apresentarei também o meu caminhar em um trabalho no município Vitória, que assumi logo após o pedido de desligamento da secretaria estadual. Um trabalho que teve duração de um ano (2008 a 2009), em um Programa de Segurança e Cidadania. Diferente do governo estadual, o município realiza a execução direta das ações. E ocupei novamente um cargo de gestão - coordenação. O projeto seguia diretrizes do governo federal e deveria se adequar à realidade municipal. Em seus direcionamentos estava a definição do bairro em que o projeto deveria acontecer, a saber: o bairro com maior índice de violência entre jovens. Além do bairro os jovens deveriam ser selecionados por faixa etária e por sua vinculação com situações de violência. Pela sua participação no projeto receberiam uma bolsa no valor de R\$100,00; na estrutura do projeto já constava a oferta da bolsa como um “estímulo” à participação. Montamos equipe e construímos os traçados metodológicos. Apesar de aparentemente ser flexível no âmbito metodológico, o projeto estabelecia com quem se propunha a trabalhar: jovens pobres, de territórios ditos violentos e com vivências de violência.

E fomos eu e a equipe trabalhar no bairro selecionado pelos indicadores como o mais violento da cidade. Fomos instalados em uma casa ampla, localizada no centro desse bairro. Toda a atividade de seleção dos jovens aconteceu ali, e ali foram realizadas todas as atividades do projeto. A procura pelo projeto foi grande, alguns jovens chegavam acompanhados por algum familiar para entrevista com um profissional da equipe, respondiam a um formulário e detalhavam sobre os episódios de violência já vividos.

O projeto teve início, e dessa experiência em um programa de segurança e cidadania apontaremos como surge em meio a um período de construção de políticas públicas de juventude um programa que vincula diretamente a juventude a políticas de segurança. O que se pretendia? Não era direcionado a toda juventude do município, o foco era apenas o jovem pobre da periferia.

Hoje, cerca de dez anos depois, nos transportamos para uma conjuntura política dura, conservadora, em que a juventude vem morrendo ainda mais, comparecendo nos tais indicadores que não param de crescer. Vidas de jovens pobres e negros indo embora, num plano macabro de extermínio da juventude que vai tomando mais força, com novas roupagens, com jovens sendo mortos e também se matando (suicídios). Nesse novo tempo, as políticas de juventude se perderam ainda mais, do pouco que existia houve um desmoronar total. Espaços de conselhos, que por um tempo resistiam para se manterem, perderam energia de luta e enfraqueceram.

Poucas ou quase nenhuma ação no campo das políticas de juventude se mantém. O município de Vitória, que possuía serviços fortalecidos na cidade, com a identificação de grupos juvenis, também passa por uma paralisação de alguns desses espaços e busca fôlego para outros que ainda tentam se manter. Nesse quadro frágil, a assistência social ainda mantém o pouco que tem. Em sua estrutura de serviços reconfigurados a partir de nova tipificação<sup>4</sup> surge o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – (SCFV). Com grupos de convivência divididos em faixas etárias, em que se encontra o recorte para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. No campo da política da assistência social, o município de Vitória permanece “estruturado”, pensado pelo viés de andamento de uma política estatal. Desta forma o SCFV para jovens se mantém ativo, por meio de coletivos, nome dado aos grupos de jovens que funcionam em todos os CRAS da cidade (em um total de 12 Cras). Cada Cras possui dois grupos de jovens, nos turnos da manhã e da tarde, totalizando 24 coletivos de jovens.

---

<sup>4</sup>A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, aprovada pela resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009 é um documento que organiza por níveis de complexidade o SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a seguinte disposição: I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009)

Falando deste lugar, meu trabalho atual, em que presto assessoria técnica aos 12 Cras, narrarei aqui a minha chegada a este espaço, de como fui recebida, dos anseios e angústias das equipes no trabalho com os jovens acontecendo dentro dos Cras. Anseios reais, de uma política que se organiza em suas novas tipificações, para receber também os jovens. A política de assistência já havia experimentado esse trabalho no tempo dos programas do governo federal, mas estes possuíam cadernos, traçados, e formações para a realização desses programas. E o modo de trabalho da política de assistência social se sustenta em normativas, legislações, tipificações. O SCFV para jovens também indica pequenas direções e determina um modo de registro em um sistema nacional, de que falaremos a frente. Hoje, não tão diferente, os anseios das equipes por orientações sobre o trabalho com juventude se mantêm, pois as normativas e legislações não respondem a uma juventude que apresenta uma diversidade de modos de vida, e aponta a todo tempo a multiplicidade e complexidade que permeiam suas vidas.

É também um tempo em que espaços de conselhos e de debates sobre juventude estão esvaziados, enfraquecidos. Não que algo pudesse estar muito diferente do que se apresenta, mas talvez houvesse mais corpos em luta com a juventude. E sobre esse meu estar atual, minha prática enquanto assessora técnica do SCFV para jovens, que falaremos do especialista em políticas públicas.

Dessa experiência que percorri é que tracei os caminhos de análises e discussões desta dissertação. Assim, temos um primeiro capítulo que debate a onda jovem, apontando brevemente os processos pelos quais a juventude se torna um problema biopolítico. O segundo capítulo aborda os processos de participação que se relacionam com a juventude, apontando como tais processos vem se constituindo como um modo de gerir e controlar os modos de vida da juventude. Neste capítulo apresento as conferências de juventude como um dispositivo de fazer ver e fazer falar modos de participação. No terceiro capítulo debato como a juventude passou a ser tomada como um problema para a segurança e suas várias políticas governamentais ou estatais. Políticas direcionadas para um determinado público que tem idade, cor e local de moradia específicos. Debateremos como esta movimentação pode ter sido disparada a partir da construção de um mito da criminalização da pobreza e da sua suposta periculosidade.

## 1. A JUVENTUDE COMO UM PERIGO A SER CONTROLADO

*“O tempero do mar foi lágrima de preto”*

*(Emicida)*

Muitos caminhos contribuíram para os tantos olhares sobre a juventude. O surgimento desse interesse não parte de uma situação específica, única, há uma emergência que tem sua especificidade no jovem, enquanto um problema para se atentar. Queremos nesta dissertação evidenciar como essas políticas públicas voltadas à juventude foram elaboradas a partir dos anos 80 do século XX, de qual maneira se estruturaram como modos de controle das vidas de uma parcela da população. Utilizaremos a noção da biopolítica de Michel Foucault para efetuar este debate.

Nessa escrita iremos trazer os efeitos produzidos a partir do processo nomeado como *Onda Jovem*, que data do final da década de 90. Caminhos de organização de políticas públicas para juventude foram sendo pensados, envolvendo instâncias públicas e sociedade civil. A nós interessa trazer como esse momento foi se configurando, o que foi se tornando inquietante para que a juventude ficasse no cerne das políticas públicas, provocando debates em vários setores da sociedade<sup>5</sup>.

Mas não podemos deixar de registrar que a juventude como um perigo, um risco a ser controlado ou cuidado, é um processo que não se inicia com a chamada ‘onda jovem’. Este marco utilizado por alguns autores será abordado em nossa dissertação, e este debate acerca da “onda jovem” está circunscrito às formulações das políticas públicas a partir dos anos 80 do século XX. Porém, não esgota e nem encerra os debates acerca dos processos de participação da juventude, tampouco a relação entre juventude e políticas públicas, menos ainda acerca das políticas estatais direcionadas a este grupo social. A juventude nos anos 60 e 70 já havia expressado formas de resistência

---

<sup>5</sup>Quanto nos referimos a diversos setores da sociedade, estamos indicando setores responsáveis pelas formulações de políticas públicas nas demais esferas (federal, estadual e municipal) e que envolvem também os chamados representantes da sociedade civil, vinculados a movimentos sociais e espaços formais de deliberação de políticas.

que indagavam as práticas instituídas na vida cotidiana. Os movimentos libertários dos anos 60, no Brasil e em nível mundial, sejam aqueles que indagavam o racismo, o machismo e os modos de vida hegemônicos, sejam aqueles que atacavam questões relativas ao modelo econômico vigente nos anos 60 e 70, já questionavam acerca do lugar da juventude e suas condições de vida.

Cabe também mencionar que não considerados adequado afirmar que foi a partir do final do século XX e início do século XXI que a juventude se tornou alvo de políticas públicas. Produções como as de Coimbra e Nascimento (2005) apontam que o jovem pobre é caracterizado como criminoso, perigoso e não humano. Teorias racistas e eugenistas do século XIX, segundo as autoras, contribuíram para fixar os pobres, e, sobretudo os pobres negros, no lugar do risco, do perigo. As crianças e os jovens supostamente em perigo deveriam ser vigiados e controlados ao nível das virtualidades para que não se tornassem maus pobres. Muitas políticas estatais foram criadas visando controlar e disciplinar crianças e jovens, contribuindo para produzir juventudes desiguais, enclausurando a infância e a juventude em abrigos ou prisões, com a justificativa de protegê-las. As autoras afirmam que,

Em nosso país, desde o início do século XX, diferentes dispositivos sociais vêm produzindo subjetividades onde o “emprego fixo” e uma “família organizada” tornam-se padrões de reconhecimento, aceitação, legitimação social e direito à vida. Ao fugir a esses territórios modelares entra-se para a enorme legião dos “perigosos”, daqueles que são olhados com desconfiança e, no mínimo, evitados, afastados, enclausurados e mesmo exterminados. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 6)

As políticas estatais voltadas aos jovens pobres, com alguns eixos de preocupação que incidiam sobretudo na educação e no trabalho, começaram a ser esboçadas na década de 2000, como afirmam Sposito e Carrano (2003). Mas como passa o jovem a ser centro dessas ações? Antes desse momento, não se tinha notícia de secretarias voltadas para juventude, as políticas para o público jovem estavam inseridas em outras políticas. Já a partir dos anos 2000 o processo da “onda jovem” leva a constituição de políticas governamentais

com foco nesse público, ou seja, passando a ser esse grupo populacional “alvo” de um interesse específico.

A dinâmica populacional do contingente jovem reflete processos que vêm ocorrendo, particularmente nas três últimas décadas, e afetando a estrutura etária da população brasileira. Estes são a queda da fecundidade e da mortalidade. Assim a desaceleração no ritmo de crescimento da população de 15 a 24 anos é consequência da intensa e continuada queda da fecundidade. Seus efeitos – como ondas sucessivas – vão se fazer sentir nas faixas etárias subsequentes a cada década. O impacto desse processo resulta num aumento absoluto da população que vai engrossando as faixas etárias seguintes – fenômeno caracterizado como onda jovem (Madeira e Bercovich, 1992) – tanto pela queda da fecundidade quanto pelo decréscimo da mortalidade infantil. (OLIVEIRA et al, 1998, p.08)

O processo nomeado como “onda jovem”, apontou para um crescimento excepcional da população jovem, um *boom* de pessoas na faixa etária entre 15 e 24 anos que os estudos estatísticos começaram a identificar na década de 90 (DELLASOPPA, apud MIGUEL, 2014). O ápice deste crescimento populacional se deu em 2008, quando a população de jovens no Brasil chegou a 51,3 milhões de pessoas, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) Porém, este mesmo estudo do IPEA salienta que esta população chegou de forma relativa ao pico de seu crescimento em 1983.

A juventude se expandiu de maneira acentuada por 20 anos (somam-se 12,5 milhões de pessoas ao grupo entre 1983 e 2002), permaneceu quase estagnada por outros 20 anos (2003–2022), com pouco mais de 50 milhões, para então, nos 20 anos subsequentes, se contrair no mesmo ritmo com que se expandiu (em 12,5 milhões, entre 2023–2042). Entre 2003 e 2022, o tamanho da juventude se manterá relativamente estável, com pouco mais de 50 milhões de pessoas. (IPEA, 2013, s/p)

Sposito e Carrano (2003) colocam que o foco em construção de políticas públicas voltadas aos jovens, surge no momento em que já ocorria a “onda jovem”. Período em que as desigualdades sociais se tornavam cada vez mais preocupantes, expondo uma política estatal frágil no que se refere a lidar com os efeitos destas desigualdades. Mas não podemos deixar de ressaltar que este fenômeno intitulado “onda jovem” diz respeito a um processo demográfico que impactaria de alguma forma as políticas públicas. E ainda, que a

intensificação das desigualdades sociais no final dos anos 80 e 90 se efetuava em função de um neoliberalismo que já mostrava seus sinais aqui no Brasil.

Em nosso país, a partir de meados dos anos 1980, com a gradativa implantação de medidas neoliberais - onde a nova ordem mundial começa a aparecer com seus corolários de globalização do mercado, Estado Mínimo, flexibilização do trabalho, desestatização da economia, competitividade, livre comércio e privatização – temos uma massiva produção de insegurança, medo, pânico articulados ao crescimento do desemprego, da exclusão, da pobreza e da miséria. Nesse dantesco quadro, os jovens pobres, quando escapam do extermínio, são os “excluídos por excelência”, pois sequer conseguem chegar ao mercado de trabalho formal. Sua atuação em redes ilegais como o circuito do narcotráfico, do crime organizado, dos seqüestros, dentre outros vem sendo tecida como única forma de sobrevivência e se prolifera, cada vez mais, como práticas de trabalho à medida que aumenta a apartação social. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2005, p. 8)

No auge da “onda jovem” em tempos neoliberais, o aumento desta população significava também dificuldades de acesso aos serviços públicos, acesso a educação, qualificação para o trabalho, riscos de mortes violentas de jovens negros. Além desses jovens, em sua maioria, pertencerem a famílias com rendas extremamente precárias. Mas que atenção devemos ter com esses indicadores que revelam um quadro instalado no Brasil desde tempos remotos e a precarização de políticas públicas? (MIGUEL, 2014).

Devemos atentar para o modo como esses indicadores foram sendo utilizados também como justificativa de intervenção para o controle de massas e criminalização da pobreza.

As estatísticas apontam que a experiência da situação juvenil para a maioria da população é também a vivência de uma complexa e preocupante situação de instabilidade no presente e incerteza frente ao futuro. No Brasil, a experiência de ser jovem, especialmente para os jovens pobres, é dificultada pela desigualdade de acesso à educação escolar de qualidade, pela falta de opção de atividades e de espaços de circulação, pelas barreiras de se conquistar o primeiro emprego (especialmente para os de jovens de 15 a 19 anos), pelo desemprego prolongado entre 19 e 24 anos e pela injusta distribuição salarial. Salta aos olhos a ferocidade do projeto político-social e econômico brasileiro que afeta toda a população e, mais dramaticamente, os jovens pobres. (SCHEINVAR E CORDEIRO, 2007, p. 02).

A juventude, principalmente a pobre e negra, sempre sofreu com as várias tentativas de aprisionamentos e controles de suas vidas. Anteriormente categorizados como “menor”<sup>6</sup>, tal nomeação produzia e reforçava o lugar de desviantes, delinquentes, rebeldes, dentre outros. E quando falamos da precarização das políticas públicas, esse grupo populacional passa a estar mais exposto, por exemplo, a um sistema escolar que o classifica, funcionando como uma maquinaria a enquadrá-lo em certo modo de existir, sem considerar os efeitos de universalizar e totalizar seus modos de vida, além dos índices de violência e mortalidade que os jovens negros e pobres são alvo. Como afirmam Coimbra e Nascimento (2005, p. 13)

Por outro lado, muitos jovens através de diferentes ações vêm afirmando outras formas de funcionamento e de organização, que fogem aos pré-estabelecidos. Essa juventude pobre e marginalizada cria e inventa outros mecanismos de sobrevivência e de luta, resistindo teimosamente às exclusões e destruições que vivenciam diariamente em seu cotidiano e conseguindo, muitas vezes, escapar ao destino traçado pela lógica do capital e entendido como inexorável e imutável.

Nesse ponto trazemos a noção de biopoder em Foucault, para pensarmos o interesse na criação dessas políticas a partir de um crescimento populacional de um determinado grupo – jovens.

### **1.1 A JUVENTUDE ENQUANTO UM PROBLEMA BIOPOLÍTICO**

Foucault (2005) nos traz que o exercício do poder passa a se voltar não apenas para disciplinarizar os corpos dos indivíduos, mas também em um controle da população por meio de estatísticas e medições. A biopolítica inicia se ocupando da natalidade, da morbidade e das incapacidades biológicas diversas, e desse campo a biopolítica vai extrair o seu saber e definir a área de intervenção do seu poder.

---

<sup>6</sup> Voltando ao século XX e à vigência dos Códigos de Menores, percebemos nesta época uma forte preocupação com a disciplinarização das crianças pobres, com a necessidade de colocar em ordem os “desviados” ou aqueles que poderiam vir a ser. Para estes, o espaço jurídico prevê a reeducação, a internação e a preparação para o trabalho. No conjunto dessas medidas, chamadas de proteção, o Estado vai construindo um modelo do que diz ser a assistência à pobreza. (Coimbra e Nascimento, 2005)

Nesse novo modo de exercer o poder, lida-se com um novo corpo, um corpo múltiplo, um corpo com inúmeras cabeças, um corpo numerável, mensurável. É a noção de população. A biopolítica lida com a população como um problema político (FOUCAULT, 2005). A biopolítica se volta para as massas e para os acontecimentos coletivos, e ocupa-se de criar mecanismos reguladores.

Heckert (2012) nos diz que Foucault chamou atenção para outros processos de governo de vida, indicando modos variados de controles das vidas que diferem daqueles presentes nas sociedades disciplinares; já não se voltam para o controle do indivíduo-corpo, mas incidem sobre a espécie humana. Formas de poder que interferem no modo de viver, no “como” da vida, para fazer viver, ao mesmo tempo em que deixam morrer maneiras de existir ou permite-se a morte de determinados grupos sociais.

Podemos dizer que estão em cena duas tecnologias de poder (disciplinar e biopolítica) que funcionam de modos diferentes, mas que se articulam. A disciplinar centrada no corpo, com efeitos individualizantes, para o aumento da capacidade produtiva do corpo. E a biopolítica que é centrada na vida, que se volta para a população, a massa, que busca gerir os riscos e as vulnerabilidades. Sendo assim, os processos de fazer viver passam a conviver de maneira paradoxal com os processos de deixar morrer, de destruição, entendendo que Foucault se referia não apenas a morte física, mas a tudo que expõe a morte, que leva ao risco de morte ou a morte política, expulsão, rejeição, exclusão, etc. (FOUCAULT, 2005)

E nesse cenário de biopolítica a “onda jovem” emerge como um problema para o Estado, pois apresenta um crescimento populacional de jovens, produzindo a necessidade de se regulamentar suas vidas por meio de intervenções e controles. Foucault (1999) afirma: “Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo”. E a partir daí podemos questionar o surgimento de determinadas políticas que visam o

controle de massas e não a afirmação de suas vidas e o exercício de autonomia<sup>7</sup> dos sujeitos. Expandindo essa discussão Foucault nos mostra como se efetua a gestão de liberdade, uma perversa utilização do que se entende enquanto liberdade, pois não se trata de “ser livre”, e sim de uma produção de um tipo de “liberdade”, em que se cria os meios para que sejamos livres, mas sob práticas de controle, que produzem essa liberdade e a limita.

Nesse ponto, Miguel (2014) nos diz que devemos ficar atentos aos mecanismos biopolíticos de controle da população, que se efetua por meio de uma gestão de riscos e perigos populacionais, delimitando de modo sutil certos limites “de liberdade”, que incidirão sobre grupos eleitos como foco das políticas sociais. Essa “liberdade” é gerida, controlando o que coloque em xeque o seu modo de funcionamento, que seriam as tentativas de efetuar exercícios de autonomia. Estes controles biopolíticos efetua a gestão da vida dos jovens pobres de periferia por meio da delimitação dos riscos e perigos a serem controlados, administrados e impedidos.

Neste processo o *boom* da “onda jovem” foi sendo visto no Brasil como um risco. O risco que nos anos 90 acirrou a crise do desemprego juvenil, com a existência de limitadas oportunidades de primeiro emprego, principalmente para os jovens pobres, e as desigualdades sociais que eram cada vez mais preocupantes. O aumento da população jovem significava, também, insuficiente acesso a serviços, ocasionando dificuldades diversas. E assim o crescimento de um grupo populacional – jovens, que historicamente foi forjado

---

<sup>7</sup>A noção de autonomia aqui utilizada se pauta nas contribuições de Heckert (2004, quando afirma que a autonomia não é um estado, mas um exercício permanente. Em suas palavras: “[...] Como exercício permanente, a autonomia não tem como condição prévia a inexistência da dominação, pois sua ação reside exatamente no embate com as tecnologias de dominação, afirmando outras políticas de vida que escapem e desmontem o controle e a submissão. É desse modo que a autonomia não é um princípio que possa ser garantido e assegurado *a priori* nas formalizações que a prescrevem, ela se exerce nas ações que efetua. Esse exercício se faz quando criamos outras práticas que desafiam e interrogam os regimes de verdade que balizam nossa existência, quando mudamos os procedimentos que utilizamos habitualmente ao designar o que pode/não pode ser feito, o que é aprender, o que é ensinar, o que é participar. Já afirmamos que a autonomia é o fio que percorre as lutas por uma vida digna de ser vivida e ela se tece como processo coletivo, e não como ação individual, livre arbítrio; não se reduz, portanto, a bandeiras de luta ou a cartas programáticas. (HECKERT, 2004, p. 156)

como problema justifica o controle biopolítico por parte do Estado, com construções de políticas não voltadas para um exercício da autonomia, e sim políticas revestidas de uma tutela, de uma suposta proteção da juventude.

## 1.2 DE QUANDO SER JOVEM TORNA-SE UM RISCO

Ao mesmo tempo em que os jovens se constituíram como alvo da mídia, da opinião pública e de reduzidas ações de governo, passaram também a ser vistos como “perigosos” e produtores de “riscos”. A forma como é produzida a atenção sobre a juventude pobre amplia um olhar negativo e seletivo sobre o jovem, que sustenta essa noção de “risco”, “perigo”, “problema”, “ameaça”. Como apontam Bussinger e Neves (2016, p. 277), debatendo políticas públicas direcionadas à juventude pobre:

O caráter estrutural e histórico de desigualdade social da sociedade brasileira é refletido pelos idealizadores/coordenadores nas políticas. São marcadamente direcionadas a jovens de localidades empobrecidas com forte cunho discriminatório compreendendo necessidades de “ocupação” de uma juventude “ociosa”, vítimas dos problemas sociais e, ao mesmo tempo, instrumentalizá-los para o desenvolvimento da “comunidade”, fomentando um imaginário que o condiciona a uma estrutura em que, além de ser classificado, condicionado e estigmatizado, ele passa a “dever” um retorno à sociedade.

Debatendo a noção de risco como norma e controle de vidas, Cruz e Hillesheim (2008), nos falam do deslocamento do foco de uma gestão da vida para uma gestão do risco, havendo uma mudança importante na concepção dos riscos, nas formas de fazer a gestão de populações e as estratégias de gestão individuais. O biopoder atua no controle e gestão desses riscos, no enquadramento de jovens que no seu modo de ser e estar no mundo, questionam algum modo vigente. Não levando em conta os processos históricos que resultaram em tantas situações de precarização da vida desses sujeitos.

Como Miguel (2014) aponta, não se intervém na organização dos serviços públicos (saúde, lazer, assistência, educação), tampouco nos processos que produzem ações de violência que atingem este grupo e seus efeitos sociais.

Deixam-se os jovens supostamente indesejados à mercê de seu destino, reforçando falas de que são delinquentes, perigosos, revelando a máxima da biopolítica: “fazer viver e deixar morrer”.

O estado neoliberal estrutura-se em um modo de funcionamento que aumenta as desigualdades sócio-econômicas, precarizando políticas públicas e as condições de vida dos pobres, culpabilizando as classes mais empobrecidas pelas suas condições e as mantendo sob estratégias de controle ilimitadas. Nesse sentido o Estado tem responsabilidade na produção de miséria para o funcionamento de seus mecanismos dominantes, como nos aponta Ribeiro (2012).

Wacquant consegue desnudar com precisão as consequências sociais da implementação das reformas neoliberais. A redução das vantagens e dos direitos sociais do Estado Providência, longe de produzirem um ambiente de liberdade de produção e de “desinchaço da máquina pública” que sonham os defensores do neoliberalismo, na verdade abrem espaço para o surgimento de um verdadeiro Leviatã punitivo, pesado e caro, que visa conter as parcelas da população atingidas pela precariedade dos empregos, pobreza em massa e insegurança social. (RIBEIRO, 2012 p.16)

Com o que Wacquant nos diz podemos pensar que o neoliberalismo está conectado aos mecanismos biopolíticos de um controle de massas. Gerindo as populações em um fazer viver, no sentido de que são supostamente livres e responsáveis para alcançar seus “méritos” e crescimento social, mas estabelecem formas de controlar essa liberdade e os seus modos de vida. E assim faz-se viver um determinado modo de existência, em detrimento de outros, e “deixam morrer”, não somente a morte física, mas engendram a “morte” que pune, que exclui, que aprisiona e inclui em certos lugares.

Desta forma, na noção de biopolítica, sua atuação sobre a população jovem, negra e pobre, eleita como “risco” e “problema”, se faz sob a gestão de suas vidas a partir de parâmetros estatísticos que se colocam como norma para se viver. Foucault (1999) afirma que a biopolítica é exercida através de mecanismos reguladores globais, que agem na criação de estados globais de equilíbrio, como uma norma geral de vida. E assim tudo que escape a este suposto equilíbrio apresenta “risco” e “perigo”.

### 1.3 RISCO E VULNERABILIDADES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

E o que sabemos sobre os conceitos de risco e vulnerabilidade tão utilizados em tantos campos das políticas públicas, tão citados em manuais, principalmente os voltados para a proteção social e para o campo mais amplo da assistência social?

Scheinvar e Cordeiro (2007) apontam que ao ser empregada em legislações, programas e ações, a noção de “risco” tem sido relacionada à proteção e tem se voltado para uma condição de “falta”, “carência”, “perigo”, “conflito”, em que algo precisa ser protegido. Nessa perspectiva de prevenir o que venha acontecer, constroem-se práticas para contenção de “riscos”, que acabam por fundamentar algumas intervenções.

Observa-se, no entanto, uma ênfase em pessoas definidas em “risco”. Colocando os sujeitos enquanto produtores dos “próprios riscos”, sem que prevaleça o que produziu o “risco”, o “conflito”, a “tensão”, o “perigo”. A produção do que se chama de risco se volta para as pessoas e não para os acontecimentos que desencadeiam tal condição. E, nessa movimentação, políticas públicas foram sendo criadas contendo em seus princípios e diretrizes, em seus programas, projetos e ações, uma definição de “público em risco”.

Técnicos e gestores de políticas estatais apresentam uma compreensão do que entendem enquanto risco como algo que está na iminência de um acontecimento fatal, que gera uma situação “inadequada”. E, em nome das condições de risco, as políticas intervêm na vida das pessoas, com o foco sobre o que as equipes executoras consideram “inadequado”. Em nome de uma prevenção muitas vezes acabamos por executar uma prática de controle.

As práticas para os ditos em risco não apresentam, não referem, não abordam ou enfrentam as suas condições de vida como um risco, mas as pessoas. As análises sobre as condições sociais, sobre o contexto sociopolítico são claras, mas as propostas de intervenção não as consideram, pois agem em cima das pessoas exigindo delas mudanças e, assim, responsabilizando-as pela possibilidade de transformação de sua situação. Os programas se centram na ideia de serem elas as que precisam ser contidas ou eliminadas: trabalhadas com programas ou excluídas. (SCHEINVAR E CORDEIRO, 2007, p. 05).

O risco é colocado como algo a ser contido para preservação de alguma ordem, e não visando a reverter às difíceis condições de vida da população mais pobre.

O conceito de risco e vulnerabilidade estão presentes na elaboração de muitas políticas públicas, principalmente as políticas sociais. Segundo Monteiro (2011), o tema vulnerabilidade social não é novo, mas há um complexo campo conceitual em torno do tema, com diversas concepções para muitas áreas. Mesmo não sendo uma temática nova, ela ainda está em construção, tendo em vista sua complexidade.

A vulnerabilidade, assim como o risco, volta-se para os indivíduos, pressupõe características, recursos materiais ou subjetivos, habilidades próprias dos indivíduos, destacando quem está “inadequado” para aproveitar as “oportunidades disponíveis na sociedade”. Essa relação acaba por determinar quem está “apto” ou não para a busca de saídas de uma determinada condição.

No que se refere à política de assistência social autores têm sinalizado que boa parte da concepção desta política está assentada em noções de risco e vulnerabilidade que acabam naturalizando práticas que corroboram com a individualização e culpabilização dos sujeitos constituídos como alvo destas políticas. Um dispositivo potente de governamentalização da vida dos mais pobres, como aponta Santos (2015), uma vez que a noção de vulnerabilidade é vinculada à condição de pobreza.

Como sugerem Siqueira e Lino (2013, p. 47), citadas por Santos (2015) “[...] nomear as famílias como ‘em risco’ e ‘em vulnerabilidade’ torna-se uma forma de desqualificar essas diferenças e de afirmar a importância da intervenção das profissionais em suas vidas, prescrevendo formas de ser e de viver”

A Política Nacional de Assistência Social postula que:

[...] Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que conta para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los. • Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social. • Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual. • Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possua. Tudo isso significa que a situação atual para a construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as suas circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. (Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004)

Com o que a política de assistência social aponta em sua estrutura é fortalecida a compreensão de que está na família e em seus indivíduos a força para superação de suas condições de risco e vulnerabilidade, medidas pelo território em que residem, e pelos sofrimentos vivenciados em suas relações. Indica ainda que a superações dessas condições estão concentradas nos indivíduos e em suas famílias.

Quando levamos essa conceituação para a vida do jovem negro e pobre, que faz parte como usuário majoritário de políticas sociais cuja atenção está voltada para o risco e a vulnerabilidade, essa atuação entra muitas vezes no campo da tutela e proteção, numa tentativa de “proteger” o jovem do seu próprio território.

Scheinvar e Cordeiro (2007, p. 7) nos dizem:

[...] Quando as políticas públicas consideram o jovem como objeto de atenção, isto se faz numa perspectiva salvacionista, tomando-o como problema social para adequação dos mesmos à ordem. Abramo (1997, p.26) percebe a existência de dois grandes blocos voltados para

enfrentar as dificuldades de “integração social” do adolescente e jovem em desvantagem econômica: de um lado, programas de “ressocialização” ou ocupação do tempo numa perspectiva de pedagogização da “arte”, do “esporte”, da “dança”, ou do lazer, por exemplo; e de outro lado, a criação de programas de capacitação para adequação ao mercado do trabalho.

Na tentativa de salvar o jovem objeto de ação de tais políticas, naturaliza-se a juventude enquanto um problema, como sujeitos que estão inseridos em programas governamentais para serem “recuperados”. Não são políticas que se voltam para o jovem enquanto potência, que buscam incorporar e dialogar com os interesses dos jovens. Nesse modo de enxergar a juventude, quantos modos de vida, estilos, culturas, sonhos e sofrimentos deixam de ser vistos? São políticas que reforçam um enquadramento de vidas e que somente a partir de suas pedagogias prontas, irão “salvar o jovem”.

Essa dita proteção está direcionada para um determinado grupo: o jovem negro, pobre, periférico. Para o cumprimento dessa proteção deve estar participando de projetos e programas que “darão conta” de alguma ocupação para esse jovem. E assim vão sendo rotulados e classificados em grupos sociais, justificando ações e práticas profissionais. Vão sendo “trabalhados” a partir de rótulos que produzem intervenções, como por exemplo: se o jovem está em extrema pobreza, sofreu algum tipo de violência e outros... Formas diversas de intervenções são construídas, mas sempre centradas nos indivíduos. Criando como efeito o fortalecimento do exercício do controle sobre as ações dessas pessoas, sem incidir no contexto que produz essas dificuldades.

Na política de assistência social, algumas formas de atuação se voltam para classificação dos sujeitos e suas famílias por níveis de sofrimentos, dificuldades, acessos, vulnerabilidades e riscos. Atualmente, dentro da política da assistência social, a ação com a juventude está inserida no Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)<sup>8</sup>. Na execução desse serviço utiliza-se o Sistema de Informação do Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SISC)<sup>9</sup>, que é alimentado com informações sobre os participantes para fins de co-financiamento federal. Mas o que se destaca nesse sistema é a alimentação de informações de participantes considerados em “situação prioritária”.

E o que são as “situações prioritárias”? São 12 classificações em que os participantes do serviço deverão ser inseridos<sup>10</sup>. São elas: I - em situação de isolamento; II - trabalho infantil; III - vivência de violência e, ou negligência; IV - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V - em situação de acolhimento; VI - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII - egressos de medidas socioeducativas; VIII - situação de abuso e/ ou exploração sexual; IX - com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; X - crianças e adolescentes em situação de rua; e XI - vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência .

Será a partir da análise do técnico do serviço que o jovem pode ser inserido em uma dessas classificações ou por meio de encaminhamentos de outros órgãos. Quando falamos das várias classificações existentes que justificam intervenções, talvez não haja, atualmente, serviço que melhor exemplifique esse modo. Está na competência do profissional técnico a definição da

---

<sup>8</sup> O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários. Estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares. Os usuários do SCFV são organizados em grupos, a partir de faixas etárias ou intergeracionais. (Ministério do Desenvolvimento Social – MDS).

<sup>9</sup> O SISC é um sistema de informações criado pelo MDS para funcionar como ferramenta de gestão e monitoramento do SCFV. Os usuários do serviço deverão ser registrados no sistema, organizados por grupos e por faixas etárias. O SISC é utilizado como base para o cálculo do cofinanciamento federal do SCFV. Todos os usuários do SCFV deverão ser registrados no sistema, a qualquer tempo, mesmo aqueles não identificados nas situações prioritárias. (Portaria MDS 134, 28 de novembro 2013).

<sup>10</sup> Participam também do serviço pessoas que não se encontram em situação prioritária, sendo classificadas no sistema como: “público não prioritário”.

situação prioritária em que se encaixa a vida desse jovem, como se a dimensão de uma vida coubesse em 12 classificações de violações e sofrimentos, direcionados a um público específico em que se “aposta” a vivência de alguma daquelas realidades descritas. Mais uma vez centra-se no indivíduo, responsabilizando-o pela transformação dessa situação ou não.

As práticas sociais produzem demandas, o entendimento sobre os problemas sociais e, entre eles, os riscos sociais vão levando à efetivação de práticas que classificam a vida de determinados grupos sociais. Esses grupos são classificados em lugares sociais, essa é uma maneira de produção de demanda, pois uma vez identificado esse jovem ou família como necessitando de algo, sofrendo algo, explorado por algo ou incapaz, a abordagem poderá ser relativa a essa classificação. (SCHEINVAR E CORDEIRO, 2007)

E ao se direcionar a intervenção sobre os indivíduos a partir dessas classificações, criam-se equipamentos sociais, programas governamentais e políticas públicas para controle ou vigilância desses indivíduos. Passeti (2006) diz que “na sociedade de controle não há mais margem, todos estão dentro” ou, como quer Foucault, “trata-se da exclusão pela inclusão” (SCHEIVAR E CORDEIRO, ano). Controlam-se os corpos, efetuando uma gestão da miséria, definindo quem morre e quem vive, estabelecendo modos de vida possíveis, desqualificando maneiras de viver, tentando esvaziar a força disruptora daquelas maneiras de existir que destoam dos crivos ditos saudáveis e ordeiros. A noção de vulnerabilidade se tornou um dispositivo discursivo extremamente cruel, que vem sendo repetido e usado de forma naturalizada em nossas políticas e programas sociais. O vulnerável é simultaneamente alvo potencial de práticas de violência que o atingirão e, supostamente, ator potencial dessas violências que também incidirão sobre suas vidas. Sem que falemos dos trabalhos precarizados que colocam em risco a vida destes jovens pobre e negros.

Quando retornamos com a biopolítica para esse contexto podemos dizer que as noções de risco e vulnerabilidade se entrelaçam com o modo de controle com que a biopolítica se movimenta. Enquanto o perigo está no acaso, onde

não há como aplicar o cálculo, a estatística, a probabilidade do seu acontecimento pelo indivíduo, desloca-se a noção de perigo para a de risco, e a administração dos riscos comparece como um novo mecanismo de controle, expressão do biopoder, no qual a população passa a assumir, cada vez mais, os riscos de suas escolhas.

Apesar das inúmeras análises históricas sobre a produção da pobreza, da desigualdade, dos processos de exploração, as práticas trabalham os casos de forma particular, deixando claro que são as pessoas atendidas a expressão dos conflitos e que são elas as que estão em risco, produzindo-as, inclusive, como necessitadas do que se institui como proteção social. Há uma produção que faz entender que a pobreza é um problema das pessoas e também há uma produção que define as pessoas como necessitadas do “apoio” que institucionalmente se oferece. (SCHEINVAR E CORDEIRO, 2007, p. 11)

O que Scheinvar e Cordeiro (2007) nos trazem, provoca e inquieta no sentido da construção de determinadas políticas públicas, contexto desta dissertação, ou seja, as políticas públicas de juventude. Construções de políticas que em sua estrutura dizem de uma demanda da juventude, com as dificuldades que esse grupo populacional vem vivenciando em seu modo de vida. Mas nos indagamos: até que ponto são demandas enunciadas pela juventude? Não seria a produção de demandas que entendem o jovem negro, pobre da periferia, como necessitado de controle, apoio, ocupação, acompanhamento e que isso se dará ou ocorrerá, via programas e projetos para esse público?

Como se dá a vida para além desse enquadramento que comparece para “salvar”, “rotular”? O jovem faz a expressão do seu tempo, pelo modo como circula em seus territórios, como lida com seu corpo, como dialoga com os seus, com a arte, com sua cultura, os sofrimentos que passa e com suas lutas constantes.

Dentro desses programas e serviços oferecidos aos jovens das periferias - como o citado SCFV para Jovens, está sob a responsabilidade do profissional-técnico-especialista o “enquadramento” da dor ou violação sofrida pelo jovem. A expressão do sofrimento, dor, dificuldade, comparece por falas e ações dos jovens, cabe a esse profissional “dar nome à queixa”.

Heckert analisa:

O que ainda se pode observar é que as políticas estatais pouco dialogam com as experiências concretas de profissionais, crianças e jovens, homens e mulheres que criam cotidianamente estratégias para fazer valer ou inventar direitos sociais. As políticas estatais falam em nome dos sujeitos, sobre a ação dos sujeitos; nas escolas os profissionais falam pelos/sobre os estudantes e seus familiares, e o que vemos é uma reduzida interlocução com os sujeitos concretos e suas experiências e demandas. (Heckert. 2012, p 85)

O especialismo convoca a fala do profissional que responde pela demanda do jovem e dela deverá dar conta, por meio de intervenções, tais como: estudos de caso, encaminhamentos a rede de serviços (saúde, serviços especialistas em violações de direitos, rede de proteção, educação...). Individualiza-se a violação e limita ao saber profissional a resolução desse problema. Ao profissional especialista cabe a fala pelo sujeito.

Na equipe de CRAS são dois os profissionais que acompanham o SCFV para jovens, um educador e um técnico de referência para cada dois CRAS. O educador trabalha diretamente com os grupos de jovens, o técnico de referência é o profissional que dá apoio ao educador, pensando em conjunto o planejamento de atividades e o acompanhamento das situações relacionadas às questões identificadas pelo educador ou trazidas pelo jovem. Esse profissional é também a pessoa que fará a interlocução do SCFV com o PAIF<sup>11</sup>,

---

<sup>11</sup> **O que é o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)?** Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais). **Como surgiu o PAIF?** O PAIF foi concebido a partir do reconhecimento que as vulnerabilidades e riscos sociais, que atingem as famílias, extrapolam a dimensão econômica, exigindo intervenções que trabalhem aspectos objetivos e subjetivos relacionada à função protetiva da família e ao direito à convivência familiar. O PAIF teve como antecedentes o Programa Núcleo de Apoio à Família (NAF - 2001), e o Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família (PNAIF- 2003). Em 2004, o MDS, aprimorou essa proposta com a criação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Em 19 de maio de 2004, com o decreto 5.085 da Presidência da República, o PAIF tornou-se “ação continuada da Assistência Social”, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal. Em 2009, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Programa de Atenção Integral à Família

no sentido de identificar as necessidades no campo do enfrentamento à pobreza e às desigualdades, conforme preconiza a política do SUAS. Nessa descrição de funções fica em destaque a do profissional especialista, pois quando é verificado algum sofrimento vivenciado pelo jovem em qualquer campo de sua vida é esse profissional que será acionado. Os jovens estão numa linha tênue, vivem a potência da vida, a diversidade e a criatividade, e ao mesmo tempo são eles que sentem com força a violência do estado, a violência dentro de suas famílias, na escola, a morte de amigos e passam também para os seus corpos essas dores (a automutilação). Mas qual é a disposição para olharmos para essas questões sem individualizá-las somente? Cada sujeito é expressão de muitas histórias, mas até que ponto não localizamos apenas no jovem e no profissional especialista o compromisso pela “superação da situação”? E, com isso, reafirmamos que temos sim um grupo populacional em risco?

Scheinvar e Cordeiro (2007) analisam que se de um lado se produz a ideia de que são as pessoas que estão em risco, por outro cria-se uma subjetividade pela qual são os profissionais que terão que buscar retirá-los desse lugar com o seu saber também particular. Ocorre aí um diálogo técnico despolitizado, a prática profissional privatizada, contribuindo para uma individualização do que se sabe ser uma questão social.

---

passou a ser denominado Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, mas preservou a sigla PAIF. Esta mudança de nomenclatura enfatiza o conceito de ação continuada, estabelecida em 2004, bem como corresponde ao previsto no Art. 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS. Nessa direção, o PAIF concretiza a presença e responsabilidade do poder público e reafirma a perspectiva dos direitos sociais, constituindo-se em um dos principais serviços que compõem a rede de proteção social de assistência social, que vem consolidando no país de modo descentralizado e universalizado, permitindo o enfrentamento da pobreza, da fome e da desigualdade, assim como, a redução da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais que afetam famílias e seus membros. (Caderno de Orientações Técnicas do PAIF - vol. 1). **Qual concepção de família na Política Nacional de Assistência Social (PNAS)?**A família para a PNAS é o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade. A família, independente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade. Caracteriza-se como um espaço contraditório, cuja dinâmica cotidiana de convivência é marcada por conflitos e geralmente, também, por desigualdades, sendo a família a base fundamental no âmbito da proteção social. Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>>Acesso: 20/05/2018.

Uma das tantas situações que atravessam as vidas dos jovens e a prática dos profissionais foi a de um jovem que apresentava em suas idas ao grupo alguns sintomas decorrentes de processo depressivo. A família já havia relatado ao CRAS que o jovem tinha ideações suicidas, e que por duas vezes já havia tentando o suicídio. Foram feitas tentativas de um acompanhamento pela saúde, mas sem adesão pelo jovem. Mesmo com suas dores possuía boa participação no grupo de jovens.

Em um dos dias em que não era o da participação no grupo, a mãe comparece com o jovem relatando que chegou em casa no momento em que ele efetuaría a terceira tentativa de suicídio. Ela chegou a tempo de evitar e levá-lo as pressas para o CRAS, local no qual, segundo a mãe, ela poderia pedir ajuda para “salvar” o seu filho, pois ali ele gostava de estar. Naquele momento, a técnica de referência foi logo acionada, junto com a educadora, para que conduzisse a situação. A técnica entrou em contato com a Unidade de Saúde do território e logo foi informado que o psicólogo encontrava-se de licença e o assistente social e o médico não estavam no momento.

Diante da negativa, a técnica entrou em contato comigo para que a ajudasse na condução da situação. A técnica estava nervosa e aflita com o sofrimento da mãe do jovem, que não queria deixá-lo sozinho com medo de uma nova tentativa de suicídio. Fizemos contato imediato com a profissional que acompanha o programa voltado para a saúde do adolescente da secretaria de saúde do município. Essa profissional tem uma relação próxima comigo, o que facilitou o contato e, logo em seguida, a unidade de saúde foi “obrigada” a receber, notificar e fazer acompanhamento da família, pois esse é o procedimento obrigatório, protocolar da unidade de saúde em casos de automutilação e ideações suicidas.

Temos muitas questões a considerar nessa situação, tratava-se de um pedido de socorro da mãe de um jovem, de uma técnica do CRAS acionada para dar conta, da negativa de um serviço voltado para o apoio nesses casos. A

negativa que é justificada por uma ausência de profissionais especializados para a solução do problema (segundo a pessoa que recebeu a ligação); eu, a profissional solicitada para ajuda e, por fim, outra profissional acionada para solução do problema no âmbito da saúde.

Foi o saber profissional que predominou. O jovem estava ali, junto com sua mãe, aguardando para ter a sua “dor solucionada”. Naquele tempo de espera sua voz não foi escutada, estava mudo, o que ecoava era o pedido de socorro de sua mãe e os técnicos aflitos para lidar com tudo o que ocorria.

Heckert diz:

Essas questões nos levam a realçar um outro elemento em nossa discussão e que diz respeito ao especialismo, ao lugar do profissional de saúde no processo de escuta. O discurso competente é aquele que, permeado pela separação entre técnica e política, se outorga como portador de uma verdade sobre o sujeito, sobre o corpo, sobre a saúde. Detentor de um suposto saber (técnico e neutro), ao profissional caberia a análise e compreensão *sobre* o sujeito, captando suas dificuldades, problemas, necessidades. Ou ainda, permeado por intenções participativas e democratizadoras, caberiam aos profissionais “conscientizar” os sujeitos acerca dos processos que permeiam suas próprias vidas, indicando caminhos. Trata-se, ambas, de práticas que falam pelo sujeito, falam do sujeito, mas não falam com os sujeitos escutando e problematizando necessidades e projetos de vida. O especialismo produz uma escuta surda, por erigir o cuidado como tarefa exclusiva do profissional de saúde, deixando ao usuário o lugar de objeto de sua ação. (HECKERT, 2012, p.95)

O jovem se tornou objeto daquela ação, tudo seria resolvido pelo especialismo que se convoca. Por vezes esse profissional não se dá conta desse lugar, se inquieta com o fato de uma rede de serviços necessários não funcionar, como a unidade de saúde que não respondeu ao primeiro chamado. Esse profissional também se sente sozinho nesse lugar em que é convocado a dar repostas. Por mais que por alguns momentos esse profissional consiga alcançar a dimensão de que, por exemplo, os dados das violências autoprovocadas (automutilação e tentativas de suicídio) estão altos entre o público jovem no município de Vitória, conforme apontam indicadores da

saúde<sup>12</sup>, ele não consegue trabalhar a partir desses dados, considerando que um local delimitado direciona a sua prática para uma atuação individualizada.

Esse trabalhador se vê em uma encruzilhada entre individualizar a situação ou coletivizar, ampliá-la, para tratá-la em sua complexidade. Atualmente há iniciativas no sentido de se trabalhar a amplitude desse problema no município, mas tudo envolvendo muitos esforços para interlocução entre algumas políticas.

A questão é levada para a burocratização do SCFV. Diante de um acontecimento como este, pelos procedimentos prescritos, o técnico deve indicar em que situação prioritária a ocorrência vivida pelo jovem “se encaixa”, fazendo com que às vezes seja formulada a seguinte pergunta:

*“Mas onde eu classifico na planilha do SISC a situação prioritária vivida por esse jovem? Tentativa de suicídio não consta nas 12 definições”.*

Repetimos o que dissemos acima: se fossem 35 classificações estaria resolvido? Não! A vida é muito maior e certamente jamais caberá nas infinitas classificações e sempre delas escapará!

Heckert (2007) nos convoca então a pensar sobre o que seria essa produção de escuta surda. Seria aquela que reduz o sujeito a uma suposta identidade, sem observar que a subjetividade não se reduz ao um “eu”, não possui uma essência, porque se seguimos assim podemos tomar as variações e o que difere como erros a serem corrigidos e controlados.

Há muitas e diversas estratégias de controle em cena. Algumas construções de políticas públicas levam a esse funcionamento que diz de um controle do vivo. Um controle de suas variações e diversidades. Quando falamos do jovem talvez isso se torne mais evidente. A juventude sendo ajustada a formas de viver consideradas por essas políticas como “saudáveis” dentro de seus limites.

---

<sup>12</sup> Indicadores SEMUS/GVS/CVE – SINANNET Vitória

Assim o perigo biopolítico vai sendo modulado, modelado e colocado a empreender sua vida nas cercanias de possibilidades de vida gestadas por meio de políticas estatais que visam muito mais regulamentar os modos de vida da juventude do que expandir uma existência autônoma e potente. A criminalização dos jovens negros e pobres é uma das facetas da política de extermínio da juventude que está em curso.

## 2. QUANDO FALO O QUE ESCUTAM? JUVENTUDE E OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO

*Ai, palavras, ai palavras, que estranha potência, a vossa! Ai, palavras, ai palavras, sois de vento, ides no vento, no vento que não retorna, e, em tão rápida existência, tudo se forma e transforma!”*

(Cecília Meireles)

De acordo com Dagnino (2004), na década de 80, na dinâmica da construção democrática, os movimentos sociais, junto com outros setores, iniciaram a redefinição da noção de cidadania no Brasil. Essa nova definição passou a defender uma sociedade mais igualitária e que afirma os sujeitos sociais como portadores de direitos. O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio da participação da sociedade civil. Esse processo se deu visando a expansão da cidadania e o aprofundamento da democracia que emergiram da luta contra o regime militar.

A noção de cidadania, segundo Fonseca (1997), foi sendo reassimilada a partir da década de 80 nos espaços institucionais, sendo incorporada enquanto luta pela conquista de direitos para todos. Esse novo sentido de cidadania passa a ser importante tanto para definição do novo texto constitucional (1988) quanto na sua entrada nos meios de comunicação, e também na sua presença em discursos eleitorais.

Ainda com o que Fonseca (1997) nos adverte, a cidadania passa a ser compreendida como o efeito da transferência de poder para alguém – no caso o Estado, visando a proteção dos direitos dos homens. Ser cidadão vai pressupor uma entrega, uma submissão à ideia de Estado, pois se reafirma a noção de que, sem essa submissão, o indivíduo não adquire a condição de cidadão. Essa concepção de cidadania se institui através de valores morais, de que cada indivíduo deve preservar a sua vida e os seus bens.

A ênfase na questão da cidadania aponta para a importância de assegurar uma das condições mesmas de existência da sociedade civil: a vigência de um conjunto de direitos, tomados como parâmetros básicos da convivência em sociedade”.(DAGNINO, 2004)

Com o restabelecimento da democracia formal e das eleições diretas para os cargos do executivo e do legislativo, as lutas travadas pelos diversos grupos sociais para garantirem direito de participação na implementação das políticas públicas conseguiu abrir espaços para que setores da sociedade civil, que foram parte desse projeto de democratização, tomassem parte da gestão das políticas públicas, implicando sua intervenção na elaboração, na implementação, no monitoramento e na avaliação dessas políticas, em seus níveis federal, estadual e municipal. E, a partir dos anos 90, vários exemplos surgem desse trânsito da sociedade civil buscando interferir nas ações do Estado. (Dagnino, 2004).

Dagnino (2004) fala de uma *crise discursiva* que parece atravessar as novas experiências de uma construção democrática no Brasil e América Latina. Essa crise discursiva resulta em o que ela chama de *confluência perversa*. De um lado, o projeto neoliberal que se instala nos países e, de outro, um projeto democratizante, participativo, que surge a partir da falência dos regimes autoritários. Essa crise e o que surge daí são visíveis no Brasil. O que marca no contexto brasileiro, segundo a autora, uma permanente disputa entre esses dois projetos.

O processo de encolhimento do Estado e a gradual transferência de suas responsabilidades para a sociedade civil coloca em uma dimensão perversa essas experiências. Destacando uma nebulosidade que cerca as intenções que orientam a participação social na efetivação das políticas públicas (Dagnino, 2004).

Esse modo perverso de atuação acaba por confundir a participação dos movimentos sociais e de representantes da sociedade civil em conselhos que também possuem membros de ONG's envolvidas em parcerias com o Estado ou de outros representantes que, de uma forma ou de outra, contribuíram para criação daquele espaço. Neste percurso percebem muitos dilemas que colocam em jogo suas ações políticas: o que fazem ali? Que projetos estão

fortalecendo? Estão atuando junto com o Estado? Estão fortalecendo as demandas das camadas populares? Estão contribuindo para ampliar o controle estatal sobre os diversos grupos sociais?

Esses são sempre os dilemas que se apresentam nessa relação que, em vez de atender a modos democráticos de participação da sociedade civil, acabam por ceder a objetivos com interesses diversos à participação social, contrariando ao que se propõem.

Dagnino (2004) diz de uma redefinição da noção de sociedade civil e do que ela designa, havendo um deslocamento para um projeto neoliberal. O crescimento acelerado das organizações não-governamentais (os chamados terceiro setor e as fundações empresariais voltadas para filantropia) dão destaque para esse movimento de redefinição, que resulta numa identificação entre sociedade civil e ONG's, onde o que se identifica enquanto sociedade civil passa a designar apenas ONG's. E o desempenho das ONG's, atrelado a diferentes projetos políticos que as mobilizam, torna-se também um modo de assegurar sua própria sobrevivência.

Sobre o que Valla (1998) nos traz a respeito da participação popular, podemos destacar a importância de se trabalhar a utilização do termo participação popular e as direções dessa utilização. Embora muito utilizado, o termo tem muitas formas de uso com discussões marcadas por ambiguidades, expressando diferentes perspectivas.

Na América Latina, a utilização do termo traz uma ideia de participação popular que surge também para se diferenciar de outra concepção de sociedade, onde quem supostamente *possui* saber aponta o caminho “correto” para as camadas populares. Isso expressa uma tradição autoritária em vários países da América Latina, especialmente no Brasil, permeando as práticas de grupos conservadores e, por vezes, progressistas também, marcando uma busca por controle das populações periféricas. Controle que atua tentando impor certas concepções de como deve funcionar a sociedade brasileira.

E, na organização desses espaços ditos de participação popular, como poderíamos definir de que forma se estrutura a participação popular? Há um tom vago e difuso em algumas definições, que localizam a participação como algo a ser disparado por técnicos e por uma burocracia governamental. De forma geral, Valla (1998) nos diz que a participação popular compreende muitas ações que diversas forças sociais desenvolvem para intervir na formulação, execução, fiscalização e avaliação de políticas públicas e/ou serviços básicos (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico, etc.).

Há outros sentidos de participação e muitas maneiras de ampliar e/ou silenciar as interferências da população na gestão das políticas públicas. Por exemplo, há grande quantidade de dinheiro público investido em modernizações que, por vezes, não contemplam necessidades básicas da população, demarcando um modo de participação que visa fazer com que a população tenha a sensação de participar de algo que nem sempre usufrui ou controla.

A proposta da integração dos grupos “marginalizados” parte do princípio de que a maioria da população, em razão da sua pobreza, encontra-se “fora” da sociedade. É como se a dificuldade de acesso aos produtos e serviços básicos fosse uma decorrência da ignorância e passividade dessas populações “marginais”, ou para utilizar um termo mais atualizado, os excluídos, isto é, aqueles que estão ‘fora’, por sua própria culpa, precisando ser animados, incentivados, esclarecidos, para poderem participar dos benefícios do progresso econômico e cultural. (VALLA, 1998, p. 9)

Esse tipo de concepção inspira muitos programas, projetos e ações governamentais que se desenvolvem no sentido de integrar a população dita “marginalizada”. Esse tipo de participação obscurece o fato de que os grupos ditos marginalizados sempre estiveram inseridos na sociedade, mas que participam de forma desigual. Nas chamadas participações por mutirões<sup>13</sup>,

---

<sup>13</sup>Valla (1998) refere-se às participações por mutirões como um apelo e um convite à população, principalmente dos bairros periféricos, para que realize com seu próprio trabalho, tempo de lazer e, às vezes dinheiro, ações e obras da responsabilidade do governo.

quando governos percebem que não darão conta de combater determinada epidemia no âmbito da saúde, por exemplo, a população é convocada a se mobilizar para ajudar nesse combate, individualizando assim a questão. E caso a população adoença será por não ter conseguido seguir corretamente as orientações de prevenção.

E, assim, um dos efeitos perigosos do precário funcionamento de serviços públicos no Brasil é o que se chama a culpabilização da vítima. Nas camadas populares responsabiliza-se a criança pelo desempenho escolar ruim, culpabiliza-se os pais por um adoecimento da criança, penaliza-se o jovem por sua entrada no tráfico. Individualiza-se o problema e retirando-se do Estado a sua responsabilidade. Culpabiliza-se os grupos mais pobres como um modo de desqualificar o saber popular e fazer sobressair o saber técnico que coloca o pobre no lugar “do carente”, “do sem informação”, “do incapaz”, como uma forma de apagar a diversidade de saberes e de modos de vida das classes populares.

Avanços legais, que incluem os tantos conselhos e órgãos de controle, não têm causado transformações efetivas na realidade de muitos serviços necessários. Ao contrário, observa-se dificuldades nas esferas governamentais para lidar com a participação da população nestes espaços, e nesse sentido a participação popular torna-se uma força importante para impulsionar mudanças necessárias. Mas sabe-se que o interesse de grupos empresariais é que os serviços públicos permaneçam como estão, deficitários, fracos, desacreditados pela própria população. Mantendo esse efeito do mal funcionamento dos serviços públicos no Brasil, os serviços privados surgem como soluções, como nos diz Valla (1998).

Amplia-se, deste modo, o caminho para culpabilização da vítima, desqualificando o saber popular, colocando em segundo plano o saber da população trabalhadora, lançando mão da escolaridade como medidor para competência, desqualificando a imagem da classe trabalhadora sempre colocada em lugar de “carente”. Com os tantos modos de participação que podem se efetuar, falaremos de como a juventude é inserida nesse processo.

A juventude passa a ocupar um outro lugar dito de participação, mas uma participação que ocorre dentro de algumas normas e modos de funcionar previamente estabelecidos.

## **2.1 A GESTÃO DE VIDAS: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTROLE SOCIAL**

Quando trazemos o debate sobre juventude e o modo como as políticas públicas foram consolidadas com a inclusão do público jovem, isso se deu por algumas emergências que esse grupo populacional começou a apresentar, tais como os altos índices de desemprego, o não acesso a serviços públicos e o aumento do número de mortes dessa população. Tal processo provocou o fenômeno então nomeado como “onda jovem”, que debatemos anteriormente, e que tentava dar respostas para essas emergências por meio de políticas públicas para juventude.<sup>14</sup>

Porém, não podemos deixar de ressaltar que este argumento ‘onda jovem’ é um dentre tantos outros a conferir ao Estado a autoria e o protagonismo de ações destinadas aos jovens. Não podemos deixar de mencionar que nos anos 60 e 70 ocorreu uma profusão de protestos, manifestações, movimentos sociais efetuados pela juventude indagando os modos de vida, as formas de

---

<sup>14</sup> Alguns autores têm efetuado um esforço no sentido de discernirem acerca dos diversos sentidos de políticas de estado, políticas governamentais e políticas públicas (PASSOS e BARROS, 2009; HECKERT, BARROS e CARVALHO, 2016; SADER, 2005). Nesses trabalhos chamam atenção para certa sinonímia que vem sendo estabelecida entre políticas públicas e políticas estatais. Indicam que políticas estatais não são necessariamente públicas, uma vez que o Estado não é um ente neutro, mas campo de disputas entre interesses públicos e privados (SADER, 2005). A política pública é comumente entendida como aquelas ações governamentais que influenciam a vida de um conjunto de cidadãos. Os autores aqui citados indicam que a tese tradicional da política tem como centro a máquina de estado, de onde emanariam projetos de governo e políticas públicas. A política estatal operada pela máquina estatal, segundo Passos e Barros (2009), funciona individualizando, segmentarizando e interiorizando. Tem como característica certa estabilidade, e funciona por meio da lei e da portaria. As políticas de governo são marcadas pela efemeridade dos grupos que ocupam um lugar na máquina de Estado. Seu funcionamento é descontínuo e volátil, e depende dos jogos de poder e dos interesses em cena. As políticas públicas são aquelas que estão conectadas com as forças do coletivo, com a experiência concreta dos humanos, e não de humanos idealizados e universalizados. Uma política estatal não necessariamente funciona como uma política pública, pois uma política pública opera fomentando a produção de diferenças, a singularização de modos de vida e não sua homogeneização. O que podemos perceber é que a política estatal tem seu funcionamento voltado à regulamentação dos modos de vida. Sendo nosso desafio interferir neste funcionamento de modo a tornar tais políticas públicas, ou seja, conectadas às demandas e proposições dos coletivos.

produção de saber, os efeitos da expansão do capitalismo. Tais movimentações interferiram de forma intensa e extensa em regras morais estabelecidas, no acesso a muitos serviços públicos, na criação de políticas públicas. Contudo, tal processo não se deu, do nosso ponto de vista, garantindo em todos os processos o diálogo com as demandas e proposições dos jovens.

Voltando o olhar sobre a demanda para construção dessas políticas, vemos que quando se fala de construção de políticas públicas de juventude o modo tradicional de fazer política estatal entende que caberia aos atores públicos (gestores públicos e técnicos da área) a tarefa da convocação da juventude para os ditos espaços de participação e “fala”. Inicia-se, assim, no planejamento de caminhos para construção das políticas públicas de juventude a convocação do jovem que supostamente contribuiria nos ditos espaços de participação. Estaria à juventude disposta a dialogar sobre a construção dessas políticas? Como o jovem seria escutado em espaços já pré-definidos para suas falas?

Essa movimentação tem seu começo em âmbito nacional por meio de órgãos públicos (governo federal, estaduais e municipais) que aderem a um chamado do governo federal e que se refere à emergência de políticas públicas para juventude. E, junto a essa movimentação, utiliza-se a participação como modo de influenciar a elaboração e formulação dessas políticas. Ou seja, o jovem passa a ser convocado para esse espaço.

No Espírito Santo/ES esse momento teve início nos anos 2000, período também em que, por meio de programas propostos pelo governo federal, algumas políticas foram executadas pelos municípios. Em Vitória, capital do ES, além de projetos do governo federal, algumas políticas de juventude de iniciativa municipal se consolidavam, como a construção de espaços de referência de juventude, o Centro de Referência da Juventude (CRJ) e o

Núcleo Afro Odomodê<sup>15</sup>. Esses projetos eram desenvolvidos pela gerência de juventude, vinculada à secretaria municipal de assistência social. Outros municípios do estado começaram também a instituir gerências e coordenações de juventude. Como ainda estavam iniciando uma atuação com este segmento, a maior parte dos municípios implementava os projetos do governo federal voltados para adolescentes, e estes projetos já chegavam com metodologias prontas.

## **2.2 O DISPOSITIVO CONFERÊNCIA DE JUVENTUDE<sup>16</sup>**

Análises trazidas pelos estudos de Eder Sader nos apresentam como os movimentos sociais se forjavam na metade dos anos 70, período ditatorial no país. Esses movimentos, ao se atentarem para questões vividas no cotidiano, criaram formas de agir diante dos desafios, fabricando movimentos de bairros, pequenos sindicatos, que tinham como caminhos novos modos de se colocar diante de uma ordem estabelecida. Era uma busca por novos canais de expressão da participação popular. Esses movimentos reverberaram de forma importante como ações políticas de construção de autonomia e de contestação social.

Segundo Heckert (2004), o advento da ditadura militar, que promovia o fechamento de espaços públicos e da participação política, aliada a uma

---

<sup>15</sup> O Centro de Referência da Juventude (CRJ) e o Núcleo Afro Odomode, são políticas de juventude do município de Vitória criadas no ano de 2006. O Centro de referência se propôs a ser um espaço de interação da juventude, que oferecia atividades de lazer, cultura, esporte, arte e música, além de dispor de estúdio aberto para ensaios de bandas. O Núcleo Afro desenvolve atividades culturais voltadas para jovens afrodescendentes, com oficinas e atividades que se propõem a contribuir com o resgate e a valorização da cultura afro, assim como sensibilizar os jovens para luta contra preconceitos e exclusões. Atualmente somente o Odomodê está em funcionamento, o CRJ está fechado e suas atividades estão se dando de forma itinerante no município.

<sup>16</sup> Estamos aqui nomeando as conferências como dispositivo partindo da compreensão formulada por Deleuze (1990), acerca das contribuições de Foucault, e das contribuições do próprio Foucault. Este autor apontou que a noção de dispositivo em Foucault se constituía como um conjunto de linhas emaranhadas. Dentre elas citamos aqui as linhas de visibilidade e de enunciação, que conferem ao dispositivo um caráter de máquina de “fazer ver e fazer falar” (DELEUZE, 1990). Foucault apontava que um dispositivo inclui um conjunto misto e heterogêneo de elementos: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. [...]” (FOUCAULT, 1996, p. 244-245)

deterioração das condições de vida, foram processos que dispararam a explosão desses movimentos. Mas esses movimentos não surgem como uma resposta direta a essa conjuntura, foi uma rede construída por sujeitos, com várias formas de organização. Os focos das ações dessas lutas eram as condições da vida diária, que estavam destruídas pelo modelo econômico da ditadura militar. Esses movimentos se apoiavam em experiências comunitárias, eram movimentos que reivindicavam, dentre outras questões, a qualidade nos serviços públicos.

Os movimentos sociais que emergiram nos anos 70 e 80 se expressavam em pequenos espaços comunitários, tentando incidir sobre os serviços mais próximos de sua realidade local. Os movimentos organizados dentro de igrejas também tomam corpo e força e contribuíram na consolidação desses espaços de participação popular. Mas no período pós-ditatorial, já no processo de redemocratização, segundo Souza (2012), mesmo com a incerteza da garantia de direitos sociais de cidadania, o que se observou foi uma nova organização das estruturas institucionais para a inclusão dos cidadãos na gestão pública (DAGNINO, 1998), possibilitando à sociedade a inserção na formulação e no controle da implementação de políticas públicas. Justifica-se assim a criação de estruturas diferenciadas para a participação política como parte de um esforço para tornar as instituições estatais mais democráticas e inclusivas.

De acordo com Souza (2012), foi ainda em 1937 que a legislação brasileira previu as conferências para área de saúde e educação a partir da Lei Nº378 de 13/01/1937. Foi realizada em 1941 a primeira Conferência Nacional de Saúde, que reuniu representantes das esferas federal e estadual que discutiam e decidiam sobre questões administrativas no campo da saúde pública. Nessa época a discussão era restrita aos agentes estatais.

Mas foi com o fim da ditadura militar e o marco da Constituição Federal de 1988 que esse movimento de participação na gestão das políticas públicas foi impulsionado incluindo os cidadãos, organizações e movimentos sociais, a chamada sociedade civil. O texto constitucional trouxe novos elementos surgidos na sociedade, nas instituições emergentes, abrindo espaço para a

democracia participativa, que ampliava direitos políticos e incentivava uma gestão pública participativa com toda sociedade.

Souza (2012, p. 14) aponta:

A Constituição Federal estabeleceu princípios e diretrizes como fundamento para o Estado Democrático (artigos 1º, 5º, 8º, 15 e 17) os deveres sociais em questões coletivas (artigos 205, 216, 225, 227 e 230) e o exercício da soberania popular (artigos 14, 27, 29, 58 e 61), mas também tratou da participação social como forma de gestão pública (artigos 10, 18, 37, 74, 173, 187 e 231). Na institucionalização da participação, destaca-se a descentralização administrativa com gestão participativa, em particular na seguridade social (artigo 194), na saúde (artigo 198), na assistência social (artigo 203) e na educação (artigo 206).

Com as garantias do processo de redemocratização do país, por meio da Constituição Federal, diversas experiências foram surgindo, principalmente através da criação de conselhos gestores e orçamento participativo. Com a amplitude desses espaços, outros modos e formatos de organização e participação da sociedade civil foram ocorrendo, abrindo canais para gestão pública e participativa, com a formação de conselhos e conferências. O formato de gestão participativa tem início com o SUS, por ser este um dos seus princípios. E esse formato abriu caminho como modelo para criação de processos participativos em âmbito nacional, em várias áreas, com o formato de conferências<sup>17</sup>.

Souza (2012) nos traz que houve grande uso das conferências no sentido de ampliar em nível nacional a participação na formulação de políticas públicas. Há uma estimativa de que em torno de cinco milhões de pessoas participaram em etapas prévias às 74 conferências nacionais realizadas de 2003 a 2010, período do governo Lula. Isto foi visto pelo governo como a ampliação de um vasto processo da democracia participativa.

---

<sup>17</sup> Podem ser citadas a Assistência Social, que instituiu conferências como parte de um sistema de participação institucionalizado (Lei n 9.720/1993), e a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada bianualmente, desde 1995, pelo respectivo conselho nacional. (SOUZA,2012)

Conferências são definidas como processos participativos que reúnem com periodicidade os representantes do estado e da sociedade civil para formulação de propostas para uma determinada política pública. Para o então governo Lula, esse mecanismo de participação se dava seguinte forma:

Conferências são espaços de discussão ampla, nas quais o Governo e a sociedade por meio de suas mais diversas representações travam um diálogo de forma organizada, pública e transparente. Fazem parte de um modelo de gestão pública participativa que permite a construção de espaços de negociação, a construção de consensos, o compartilhamento de poder e a co-responsabilidade entre o Estado e a sociedade civil. Sobre cada tema ou área é promovido um debate social que resulta em um balanço e aponta novos rumos (GOVERNO FEDERAL, 2007)

Nessa dinâmica, inicialmente foram destacados alguns procedimentos que deveriam pautar o funcionamento de processos participativos para formulação de uma conferência, como indica o Instituto Pólis (2005 p. 10):

- 1) Definir princípios e diretrizes das políticas setoriais: os participantes da conferência devem traçar um plano estratégico para o setor, definindo as prioridades da secretaria para os próximos anos;
- 2) Avaliar programas em andamento, identificar problemas e propor mudanças, para garantir o acesso universal aos direitos sociais;
- 3) Dar voz e voto aos vários segmentos que compõem a sociedade e que pensam o tema em questão;
- 4) Discutir e deliberar sobre os conselhos no que se refere às formas de participação, composição, proposição da natureza e de novas atribuições. Os delegados das conferências também podem indicar os membros titulares e suplentes, opinar sobre sua estrutura e funcionamento e recomendar a formação de comitês técnicos;
- 5) Avaliar e propor instrumentos de participação popular na concretização de diretrizes e na discussão orçamentária.

Com a contribuição de Souza (2012), tendo como base de análise às conferências realizadas no período do governo Lula, podemos perceber que a dinâmica de organização de uma conferência mudava de acordo com o contexto, mas há pontos em comum. De forma geral, as conferências são convocadas com caráter consultivo ou deliberativo, pelo poder executivo de cada esfera de governo. Em formato de decreto o poder executivo traz o tema da conferência e o órgão responsável pela organização. Quando previsto em lei, o próprio conselho do tema referente à conferência pode fazer o

chamamento. Os órgãos responsáveis definem a comissão organizadora, o período e o formato de realização.

A comissão organizadora é uma instância temporária que possui diversos segmentos representados. Cabe a esta comissão discutir as estratégias e o cronograma de ação de uma conferência, é uma ação dedicada exclusivamente para a tarefa de realização de uma conferência. A comissão também elabora o regulamento e estabelece as etapas do processo. Na maior parte dos casos a comissão também produz o regimento interno da conferência que será apreciado em plenária do evento. (SOUZA, 2012)

As etapas de realização de uma conferência podem ser municipais ou regionais, ter bases territoriais variadas dependendo da temática a ser trazida pela conferência. Quando os chamamentos são nacionais, há etapas estaduais de discussões prévias e escolhas dos representantes (chamados de delegados), na maior parte das vezes representantes escolhidos nas etapas municipais. As discussões em uma conferência são orientadas por um texto base que provoca as discussões sobre a temática a ser abordada, e podem trazer também as propostas do governo para aquele setor. (SOUZA, 2012)

O mais comum nas conferências são as chamadas plenárias e grupos temáticos, que discutem o que está colocado no texto base. O modo de organização das falas dos participantes em uma conferência se dá por ordem de fala que é feita por ordem de inscrições; as falas podem ser favoráveis, contrárias, podem suprimir, modificar ou adicionar algo no texto base proposto.

Ao final da conferência sistematiza-se as propostas que serão levadas à plenária para serem votadas pelos delegados, que são os representantes que tem direito a voz e voto. Em alguns casos a comissão organizadora pode indicar convidados que têm direito a voz e também participantes observadores. As decisões da plenária final são chamadas de deliberações ou resoluções, e cabe ao órgão responsável pela conferência dar encaminhamento às mesmas

para que possam compor na formulação ou aprimoramento de uma determinada política pública.

### **2.3 SOBRE A JUVENTUDE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

No que se refere à construção de políticas públicas de juventude e seus modos de participação, vários autores apontam como a juventude foi identificada enquanto um problema de Estado a ser tratado por meio de políticas públicas voltadas para esse público. Em uma análise das ações federais no período de 1995 a 2002, Sposito e Carrano (2003) destacam a baixa atividade coordenada do governo federal em concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Portanto, um dos primeiros diagnósticos dos autores se relacionou com a ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas. De acordo com os autores, os 33 programas que incidiam sobre a juventude no âmbito federal nesse período evidenciavam que os mesmos não constituíam uma totalidade orgânica naquilo que se referia ao foco no segmento jovem. Na análise do público dessas ações pode-se dizer que o foco dirigia-se: a) adolescentes/jovens; b) foco difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos. Com isso é possível verificar a falta de consenso, no âmbito federal, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude (SPOSITO, CARRANO; 2003).

De fato são identificados problemas na vida dos jovens, sobretudo nas áreas de saúde, trabalho e emprego e segurança, que dão corpo para se pensar as políticas de juventude sob a ótica dos problemas sociais a serem combatidos. O que resulta na criação de programas diversos (esportivos, culturais e de trabalho, tempo livre) destinados a moradores de bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. As primeiras ações de programas específicos destinados aos jovens no Brasil aparecem na área da saúde e são marcadas pelo foco na prevenção, principalmente, das DSTs/AIDS, drogas, acidentes de trânsito e gravidez precoce. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Em geral essas ações não se estruturam enquanto elementos de uma política de juventude, mas sim como estratégias para minimizar o envolvimento de jovens em “situações de risco”. Para Sposito e Carrano (2003) essas ideias foram marcadas mais por um apelo social do que por conceitos baseados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude. Havia uma percepção que associava a juventude à violência e ao “risco social”.

No final dos anos de 1990 tiveram início no Brasil ações e iniciativas para a juventude no âmbito dos Poderes Executivos local ou regional que inovaram na formulação de políticas. Os novos organismos assumem predominantemente o caráter de assessorias, embora em alguns casos tenham sido criadas secretarias de estado e coordenadorias. Dentro desse novo desenho institucional estão localizados também os conselhos de juventude, municipal e estadual, com formatos e funções diversas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Iniciativas nascem, sobretudo, em capitais de estados ou em cidades pequenas, destacando a lacuna diante dos jovens que vivem no campo, trazendo a tona o modo como as políticas de juventude no Brasil foram delineadas, sob uma perspectiva urbana. O mundo do trabalho e algumas ações consideradas de inclusão ocuparam parte importante nas iniciativas, ao lado da criação de equipamentos específicos para a juventude, como os centros de referência. Destacam-se também práticas que buscaram afirmar direitos dos jovens no que se refere à participação e a formação como atores sociais, como cursos de formação, seminários e oficinas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Como característica desses espaços destacados pelos autores está à presença de jovens na função de gestores:

Em geral são jovens oriundos de setores militantes, sobretudo do movimento estudantil e de partidos políticos. Essa situação conforma um conjunto de desafios que poderão proporcionar caminhos diversos na constituição das políticas de juventude (Sposito; Carrano, 2003, p. 36).

Os autores ainda ressaltam a preocupação com os privilégios das ações no que se refere aos grupos de jovens com maior grau de organização e vinculação institucional, em detrimento a formas vistas como menos organizadas, que em geral ocupam menos espaço, não apenas enquanto público destinatário das ações e programas, mas enquanto atores importantes na formulação das ações. Sposito e Carrano (2003) ainda afirmam que é preciso considerar que a existência de gestores jovens não significa a condição de formulação de políticas de juventude mais adequadas.

Valadão (2013) indica que foi a partir de 2003 que algumas iniciativas foram realizadas no sentido de aproximar o diálogo entre o Poder Público e a sociedade, e assim ações foram surgindo no sentido de instaurar a política de juventude no país. A autora faz referência às ações que destacamos a seguir:

1. Frente Parlamentar de Juventude: Criada em 2003, objetivava promover o debate amplo das políticas públicas de juventude no país e acompanhar os projetos do governo destinados voltados para o público jovem.
2. Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas Para a Juventude (CEJUVENT): Criada em 2003 pela Câmara Federal. A Comissão tinha como ações a criação de grupos de trabalho voltados para temáticas diversas no âmbito juvenil, além da realização de encontros estaduais em conjunto com a Frente Parlamentar da Juventude. O relatório final elaborado pela Comissão apresentou recomendações para a composição do Conselho Nacional de Juventude.
3. Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República: Realizou diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados para a população juvenil. O grupo identificou apenas dezenove ações que eram específicas para o público jovem no grupo etário de 15 a 24 anos.
4. Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ): Criados a partir da Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005. A Secretaria Nacional de Juventude era integrada à Secretaria Geral da Presidência da República foi responsável por gerir a Política Nacional de

Juventude. O Conjuve teve o papel de formular diretrizes, avaliar programas e ações governamentais voltados para jovens, por meio do diálogo entre sociedade civil e poder público.

5. PEC da Juventude – O Projeto de Emenda Constitucional nº 65/2010: Aprovada em Julho de 2010, regulamentou a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, ao alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modificar seu art. 227, incluindo o termo “jovem” no texto da Carta Magna.
6. Primeira Conferência Nacional de Juventude: Realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008 em Brasília. Convocada pelo Conjuve e pela Secretaria Nacional de Juventude, contou com cerca de 400 mil participantes em todo o processo, que envolveu a realização de conferências municipais, estaduais e livres, e resultou com a conferência nacional com 2500 participantes. A conferência debateu e aprovou mais de setenta proposições, vinte duas eleitas como prioritárias para a política nacional de juventude.

Considerando esse percurso em âmbito nacional, que se inicia com uma organização proposta por uma Frente Parlamentar, com representações partidárias, e por fim com a criação do conselho nacional de juventude, que amplia a participação da chamada sociedade civil, parte-se para o momento de realização da primeira conferência nacional de juventude. A conferência é caracterizada como um modo ou dispositivo de “participação” da sociedade – no caso o público jovem, na consolidação das políticas públicas de juventude.

Localizando esse movimento no estado do ES, traremos como esse momento se deu na Região da Grande Vitória e com a realização da I Conferência Estadual de Juventude no ES.

## **2.4 AS CONFERÊNCIAS DE JUVENTUDE NO ES**

No ES o processo de elaboração da I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude teve início no ano de 2007. Nesse período o Estado

contava com uma estrutura ainda inicial no que se refere à existência de secretarias, conselhos, coordenações e gerências voltadas às políticas públicas de juventude. Em todo o Estado poucos eram os municípios que possuíam secretarias ou setores dedicados às políticas públicas de juventude.

Dos municípios que compunham a Região Metropolitana da Grande Vitória<sup>18</sup>, apenas Cariacica e Vila Velha dispunham de conselhos municipais de juventude e de coordenações e gerências voltadas para o público jovem. Cariacica possuía uma coordenação de juventude e o município de Vila Velha também criou uma gerência de juventude. Os municípios de Fundão, Guarapari, Serra e Viana, não contavam com estruturas de conselhos, gerências ou coordenações de juventude.

O município de Vitória – capital do ES - não possuía conselho de juventude estruturado, mas já contava com uma gerência de juventude, vinculada à secretaria de assistência social. A gerência fazia a gestão dos equipamentos voltados para juventude, tais como: Núcleo Afro Odomodê e o Centro de Referência da Juventude (CRJ). O município de Vitória foi pioneiro na implantação de equipamentos voltados para políticas públicas de juventude no país.

Em âmbito estadual, em 2007, existia a assessoria de atenção à criança, ao adolescente e à juventude (AECAJ), parte da Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). Essa assessoria respondia por políticas públicas em formatos de programas e projetos voltados para a criança, o adolescente e o jovem. Desta forma, na esfera estadual, a gestão das políticas públicas de juventude se concentrava nessa assessoria. Essa assessoria foi também responsável por todo o processo de coordenação da conferência estadual, que inclusive possuía rubricas orçamentárias específicas para as ações a serem efetuadas com a juventude.

---

<sup>18</sup> A Região Metropolitana da Grande Vitória contempla os municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória.

Coube assim à AECAJ a tarefa de efetuar as articulações para garantir e viabilizar a realização da I Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude. Naquela ocasião a SETADES também possuía o Núcleo de Avaliação de Políticas Sociais Integradas e de Capacitação (NAPSI), um setor que possuía como uma de suas atribuições a organização de toda estrutura e logística de conferências realizadas no âmbito da secretaria. E para a conferência de juventude esse setor esteve junto na viabilização de todo evento.

Em 2007 o governo federal convocou a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Como apontado acima, todo chamamento de uma conferência segue um modo de organização próprio. O governo federal já possuía instituídos a Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude, e foi pelo conselho que ocorreu a convocação para a participação dos níveis municipais e estadual.

Avritzer e Souza (2013) destacam que das ocorrências de realização de conferências nacionais, algumas tinham como direção discutir questões relacionadas aos entes federados, objetivavam a elaboração de propostas que poderiam fortalecer a articulação de políticas públicas entre municípios, estado e união. Desta forma, a I conferência de juventude possuía também como um de seus objetivos propor e fortalecer a cooperação institucional entre os entes federados, e destes com a sociedade civil no âmbito das políticas públicas de juventude.

Na esfera federal o processo de realização da I Conferência Nacional de Juventude buscou contemplar tanto os modos de participação pelos municípios e pelo estado, quanto às formas sem limite territorial, que pudessem considerar a diversidade de modos de vida da juventude. Sendo assim foram desenvolvidas etapas territoriais como as conferências municipais, estaduais, do Distrito Federal e nacional, além das conferências livres e de uma consulta aos povos de comunidade tradicionais (Castro e Abramovay, 2009). Ainda segundo as autoras, a organização de todo processo metodológico da conferência de juventude, teve como objetivos: 1. Propiciar formas de

sensibilizar a sociedade para o tema; 2. Disseminar informações sobre os três eixos da Conferência: Juventude: Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional; Parâmetros e Diretrizes da Política Nacional de Juventude; Desafios e Prioridades para as Políticas Públicas de Juventude; 3. Possibilitar a Formulação de Propostas de Políticas Públicas.

Para viabilizar esse processo foram criados materiais de apoio como os cadernos temáticos, o documento base da conferência, o manual da comissão organizadora, os modelos de relatórios, além de orientações para utilização de um modo de condução que ajudasse a qualificar as propostas discutidas.

Norteou-se a construção das resoluções em todas as etapas da Conferência, possibilitando um mínimo de padronização, a orientação para utilização de uma metodologia com três momentos: 1) Contextualização: Apresentação do texto-base da Conferência, com as principais questões relativas à temática e à síntese histórica das Políticas Públicas de juventude; 2) Mapeamento das Bandeiras: visava garantir a expressão da diversidade de interesses demandas presentes na Conferência; 3) Priorização de desafios e soluções: visava definir propostas prioritárias do processo de discussão. Dentre todas as propostas apresentadas nos grupos de trabalho, os participantes deveriam identificar até vinte e uma (21) soluções (propostas) para serem aprovadas. Cabe observar que, em todas as etapas, houve exceções, variações e adaptações às realidades locais. Todo esse processo foi coordenado nacionalmente pela Comissão Organizadora Nacional e, nos estados, pelas Comissões Organizadoras Estaduais. Essas comissões foram compostas com a participação da sociedade civil e das representações institucionais do Poder Executivo e Legislativo. (Castro e Abramovay, 2009)

Seguindo essas diretrizes, cabiam à comissões organizadoras (nacional, estaduais e municipais) a realização de todo evento da conferência, bem como a garantia de cumprimento dos cronogramas e orientações contidas nos documentos norteadores.

O ES não possuía instaurado o conselho estadual de juventude, então seguindo a proposição do governo federal, o ES fez o chamamento pela Comissão Organizadora Estadual, que iniciou sua atuação em 2007. A primeira atividade foi a realização de um evento/encontro para convidar os municípios do estado para adesão a I conferência de juventude. O evento foi realizado no espaço do Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem

do Transporte (SEST/SENAT) do município de Cariacica. Neste evento foram apresentadas as propostas da I conferência nacional, com suas orientações e documentos norteadores. O objetivo do encontro foi fomentar nos municípios a importância da adesão ao processo de realização das conferências.

Iniciava-se no país o debate em torno das políticas públicas de juventude, e o acontecimento da conferência viria contribuir no conhecimento e fortalecimento para a constituição de políticas de juventude. Sendo assim, o encontro também teve como objetivo apresentar aos municípios o espaço criado em âmbito estadual para uma dedicação às políticas públicas de juventude. E também contar com os municípios na articulação para ações com a juventude promovidas pelo governo estadual. O ES possui 78 municípios, mais da metade dos municípios aderiu à conferência.

O processo de chamamento da conferência, o convite para adesão dos municípios, a realização de um número expressivo de conferências em todo estado, alcançando grupos diversos (pescadores, pomeranos, quilombolas, índios, comunidades de terreiros), e por fim a realização da conferência estadual, foram percursos que de fato fomentaram a criação e fortalecimento de políticas públicas nos municípios do ES, tais como: conselhos, fóruns, secretarias, gerências e coordenações. A movimentação daquele período, desde o âmbito federal, colaborou para que tivessem início muitos debates e ações com esse grupo populacional, indicando que haveria uma atenção inicial às suas demandas e urgências.

Enquanto trabalhadores em políticas públicas de juventude nos agitava o momento de estarmos com a juventude para “ouvirmos o jovem”, “tínhamos que mobilizá-los” para aquela participação. Essas eram muitas das frases repetidas por nós. Estávamos na organização de uma conferência, tratava-se de um lugar que entendíamos como legitimado para construção de políticas públicas. Para nós era ali ou a partir dali, que as políticas de juventude tomariam contornos para sua efetivação e seria dito (e foi dito): “escutamos a juventude!”.

Mas como podemos pensar esse dispositivo de participação e de escuta? Seria esse o único ou principal dispositivo legitimado de fala? O que tornava este dispositivo-conferência legítimo? O que este dispositivo-conferência fazia ver e fazia falar? O que nomeamos como escuta e como espaço de participação?

Valla (1998) nos trouxe acima de como os modos de participação podem se estruturar, e que por muitas vezes eles se dão por uma convocação do técnico/profissional que está a propor aquele momento. A maioria dos jovens que esteve nos espaços da I Conferência era constituída por jovens negros pobres, moradores das periferias de todo Espírito Santo e foram mobilizados ou convidados por profissionais dos conselhos, comissões, gerências ou coordenações de governos municipais. As gerências e coordenações municipais, por meio dos seus gestores e técnicos, é que faziam o convite para esses espaços, eram os profissionais que iriam orientá-los sobre aquele momento. A referência era sempre a do saber profissional para esse convite. Oferecíamos o nosso saber para aquele convite, um convite num formato pré-determinado e estabelecido por nós. Com a organização de como aconteceria e do que pretendíamos, foram criados por nós, pelos técnicos os tais “espaços de fala”.

Podemos aqui fazer uma analogia com o que Foucault (1998) diz a respeito da relação dos intelectuais com as massas. A descoberta de que as massas não necessitam dos intelectuais para saber, elas sabem muito melhor do que eles. Mas há um sistema de poder que barra e invalida esse discurso e esse saber. Um poder que não vem somente por meio de algo maior ou superior, mas que penetra de forma profunda e sutil na sociedade. Não deve ser esse o papel do intelectual, de dar voz ao que está mudo, mas ele deve ser sim a força de luta contra as formas de poder onde ele está, ao mesmo tempo, como objeto e instrumento.

Até que ponto o saber técnico não se movimentava no sentido que contribuiria para que as “vozes fossem ouvidas”? Pautávamos nossa atuação em um compromisso profissional de fazer emergir falas sobre aquele momento. Hoje percebo que seria necessário delinear algumas indagações: Estavam os jovens

mudos antes de nossa proposição? Ou essas suas falas deveriam comparecer em espaços delimitados, com tempo e planejamento para que pudessem ser escutadas? Até onde o modo como utilizávamos esse saber dificultou ou até mesmo impediu outras tantas formas de expressão, se éramos, enquanto profissionais, a referência na transmissão daquele saber sobre políticas públicas? Até que ponto essa postura não dificultou a afirmação do saber dos jovens?

## **2.5 DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACONTECIMENTO DAS CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS**

Havia em nós, profissionais que atuavam nos setores e órgãos envolvidos com políticas de juventude, uma ansiedade para que tudo pudesse transcorrer em um ambiente em que os jovens estivessem supostamente livres para dizer de suas dificuldades, de suas vidas, das demandas de seus municípios. Trabalhávamos na garantia desses espaços como se fossemos os fios condutores daquele processo. Contudo, a cada ação que efetuávamos, de alguma forma engendrávamos uma participação que em muitas situações esteve atravessada por práticas de tutela e de controle de acordo com o que estava previamente definido como lugar de fala, tempo de fala, tema a ser debatido, etc.

E nessa organização foi criada a Comissão Organizadora Estadual, composta por representantes da sociedade civil e do poder público. Para a criação desse espaço muitos caminhos foram pensados, mas o principal era de que ali deveriam estar representados o que chamávamos de “as juventudes”, que eram as várias expressões de juventude, ou seja, grupos ou manifestações de jovens de segmentos diversos, a saber: a juventude do hip hop, do funk, do skate, do graffiti, dos movimentos estudantis, grupos ou fóruns de juventude negra, a juventude das pastorais, as evangélicas, etc.

A coordenação dessa comissão era uma das minhas atribuições. Talvez uma das experiências mais desafiadoras que já tive. Eu estava ali como gestora naquele governo, fazendo a condução e mediação de um grupo muito diverso, o que me colocava frente a questões que poderiam paralisar o que ocorria.

Foram muitas as interferências políticas, foram muitos os interesses que tentavam fazer uso próprio e privado daquele espaço, foram muitas as minhas sensações de angústia, fraqueza, adoecimento.

A criação da comissão partia da divisão entre poder público e sociedade civil. O poder público estava bem definido com representantes de municípios que possuíam conselhos, gerências e/ou coordenações de juventude. Mas e a sociedade civil? Seriam as tais “juventudes” identificadas e, para isso, contamos com o apoio da gerência de juventude do município de Vitória, que já dispunha da existência dos centros de referência e poderia identificar alguns grupos na cidade.

A gerência deste município possuía uma frente de trabalho chamada *Rede Jovem*, que buscava na cidade manifestações da juventude. Com recursos da prefeitura promoviam eventos, tendo esses grupos de jovens como protagonistas. Com o vínculo construído com esses grupos, alguns passaram a ter os centros de referência como espaços para o desenvolvimento das suas atividades, e foram muitas as atividades, ações e eventos realizados nesses centros. Muitos desses jovens se tornaram educadores e oficinairos nesses centros de referência.

Na Comissão Organizadora Estadual, os representantes do poder público já se destacavam como militantes no campo das políticas públicas de juventude nos municípios da Grande Vitória. Todos eram considerados agentes que possuíam “o saber sobre a juventude” e foram pessoas atuantes em seus municípios para a adesão às políticas para este grupo.

E com o saber de gestores e técnicos fomos definindo essas representações. Alguns grupos foram indicados pela Comissão Nacional da Conferência, grupos de juventude que, na elaboração da Conferência, foram previstos para serem alcançados, como: juventudes de terreiros, quilombolas, índios, pescadores e os povos de floresta. E assim incluímos movimentos estudantis, fórum de juventude negra, LGBT´S, comunidade de terreiros, hip hop, pastoral da juventude, juventude evangélica.

Com a composição da comissão definida, o lançamento da conferência e a adesão dos municípios, teve início a realização das etapas municipais. Os membros da Comissão Organizadora Estadual se dividiram na realização de palestras nas conferências municipais. As palestras abordavam o que era um processo de realização de conferências e seu propósito na elaboração de políticas públicas.

Anteriormente a essa chegada, os municípios tinham a função de mobilizar os jovens que participariam, assim como preparar toda infraestrutura do evento. Por vezes, a pedido dos gestores municipais, contribuimos orientando como poderia se dar a mobilização dos jovens, mas tentávamos indicar que esse fosse um movimento do próprio município com a sua população jovem.

Toda essa forma tão bem traçada de métodos, fluxos, ordem e condução do processo de participação estava voltada para um determinado público. E como interferíamos e nos relacionávamos com esse público? Muito do que acontecia nas etapas municipais nos escapava, não emergia em formato tão protocolar, segmentado. Nós estávamos com essa atenção? O objetivo era a criação de espaços de participação, mas qual era a dimensão disso para todos os jovens que ali estiveram? Antes disso, não havia participação?

Após as mobilizações dos jovens nos municípios, chegávamos enquanto representantes da comissão estadual. Para cada município, iam no máximo, dois representantes da comissão, um responsável pela palestra e o outro atuava como apoio às comissões municipais na condução da conferência. A palestra abordava a contextualização do que é uma conferência, como funcionava, para que foi criada, de como o jovem precisava de políticas públicas de juventude. Mostrávamos aos jovens os indicadores de desemprego, escolarização, saúde, violência. Ou seja, ali se produzia uma demanda por certas políticas públicas, se delineava os tais “supostos reais” problemas da juventude. Uma máquina de fazer falar as questões da juventude ia se engendrando nas ações que antecederiam a conferência.

Logo na sua chegada, os jovens se inscreviam e já escolhiam o grupo de trabalho com o tema de seu interesse. Havia uma oferta de 12 temas já definidos: “Educação”, “Trabalho”, “Cultura”, “Sexualidade”, “Participação”, “Meio Ambiente”, “Diversidade”, “Tempo Livre”, “Mídia”, “Drogas”, “Cidades” e “Família”. Cada tema tinha um número limitado de vagas, desse modo depois de preenchidas às vagas de um tema os jovens deveriam escolher outros temas com vagas disponíveis. Não era possível incluir outros temas além dos já definidos. Cada grupo de trabalho possuía um facilitador que, em sua prática profissional, tinha conhecimento ou aproximação com o tema. A função do facilitador era a mediação dos debates e orientação para definição e sistematização das propostas dos grupos.

A metodologia de funcionamento já interferia no modo como os jovens participariam deste encontro. Em cada grupo temático, deveriam pensar propostas para os temas. Existia uma planilha que seria preenchida pelos facilitadores. Cabia ao facilitador filtrar, orientar e sistematizar o que seria inserido como proposta. Ao final do debate, estavam definidas as propostas que seriam levadas à plenária por cada grupo e escolhido o relator. Cada grupo deveria encaminhar seis propostas. Após este momento os grupos retornavam para a plenária para apresentação das propostas elaboradas pelo relator escolhido. Na plenária, as propostas eram votadas e ali também se definia quem seriam os delegados para conferência estadual.

A movimentação para a escolha e o momento da eleição dos delegados para conferência estadual já se dava no durante a realização das conferências municipais. Articulações partidárias e grupos de interesse diversos se moviam montando estratégias e tentando conduzir também as propostas que seriam votadas pelos jovens, bem como definir quem seria escolhido como delegado. Ou seja, todo o processo de organização e realização da conferência estadual se constituiu em um terreno de muitos tensionamentos e interesses diversos.

Ainda realizando um resgate de memórias como profissional que atuou neste processo, lembro que a conferência do município de Serra inquietou a todos no sentido da “imprevisibilidade”. Nesta conferência, atuei acompanhando o processo enquanto membro da comissão. A plenária estava lotada de jovens de projetos sociais da prefeitura de Serra, jovens estudantes e juventude partidária. A juventude partidária estava bem representada por partidos diversos, esses grupos se aproximavam dos jovens, dos projetos e dos estudantes a fim de articular estratégias para eleição de delegados que representavam seus interesses. Esse tipo de articulação fazia parte de um ambiente de conferência, mas a maneira como ocorreu não possibilitava o livre pensamento e a expressão dos jovens ao seu modo, sem que houvesse um grupo dizendo e conduzindo o que deveria ser feito.

Eram nesses momentos que tentávamos interferir como membros da comissão estadual. Tentávamos interferir nessas articulações de modo que os jovens ficassem “livres” para escolher seus modos de participação. O momento de algumas conferências se tornava uma constante luta de como o jovem “deveria participar”, de como fazê-los alcançar um “modo ideal” de participação. Como se houvesse o modo ideal de participação.

Na conferência de Serra foram muitas interferências para que determinados grupos elegeassem seus delegados. O crachá em uma conferência significa o poder do voto e por isso é o objeto de desejo de muitos, uma vez que alguns participantes possuem o crachá de convidado, e não o de delegado – que é o crachá autorizado para votar. Assim, muitas manipulações ocorrem em torno deste objeto-crachá que autoriza a fala, que conduz para as escolhas das propostas e que, principalmente, ajuda a definir os delegados para as próximas etapas da conferência.

Os jovens estavam ali entendidos por nós como “passivos” às manipulações colocadas. A condução para a “participação ideal”, por vezes, se dava de forma sutil, nas falas que “aquele era o espaço deles”, que estavam ali para uma tarefa de muita importância: a construção de políticas públicas. A condução dita manipulada era mais direta, dizendo de como deveriam votar (com o tal

objeto de valor em mãos: o crachá), que possivelmente iriam para Brasília representando o ES ou que tais representações tinham mais apropriação para serem eleitos delegados.

No meio desse campo de forças estavam os jovens, tentando achar um lugar ou não para viver aquele momento. Dizíamos de não produzirmos um lugar de tutela, mas praticávamos a tutela de maneiras diversas. Éramos os emissores daquele evento, os que possuíam o saber e conhecimento do funcionamento de um processo de conferência, e os jovens deveriam seguir o que estava ali pré-determinado. E os outros modos de participação?

Tínhamos o olhar atento e a escuta aguçada de que, mesmo sem um formato organizado, também ocorriam outros modos de participação. Acerca da complexidade das vidas dos jovens com os quais estivemos... não podemos afirmar se nos aproximamos. Nos grupos de trabalho que ocorriam após as palestras contextualizadoras do modo de funcionamento da conferência, os jovens iam para os grupos debater sobre os 12 temas pré-determinados. Poderiam dizer sobre suas vidas, dificuldades, desejos, sonhos e até que ponto o seu município enquanto poder público poderia captar melhorias para juventude, o que era apontado por eles.

Já a conferência do município de Vitória foi muito aguardada por ser na capital, e também por Vitória já possuir um percurso na implantação de políticas públicas de juventude. Por ser a conferência da capital, a comissão avaliou que eu deveria ser a palestrante, por estar como coordenadora da comissão organizadora estadual. A conferência aconteceu no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) em Vitória, instituição marcada historicamente pela existência de grêmios estudantis representativos e ativos.

A conferência contou com grande público, também representado pela juventude partidária, que em sua maioria estava ali para ampliar seus espaços e trajetórias políticas, alinhando muitas articulações junto aos jovens. A condução da palestra principal foi minha função na conferência de Vitória, com a explanação das diretrizes e de como aquele processo ocorria em todo país,

objetivando construir políticas de juventude. Por ser a conferência da capital, estavam também presentes representantes de agências internacionais para o acompanhamento daquele momento.

Como se esperava, houve grande dificuldade na eleição de delegados, com representantes da juventude partidária, que era parte da comissão municipal, acreditando que sairiam direto como delegados sem passar pela votação. Um dos membros, diante dessa situação, provocou muito tumulto, trazendo dificuldades na eleição e finalização da conferência. Esse representante buscou meios fora das diretrizes para tentar sair como delegado, usando do seu lugar no partido que estava vinculado para forçar sua inclusão.

Destacamos esse momento na conferência de Vitória para apontarmos que esse espaço supostamente legitimado como de participação, também produzia modos de controle por vias político-partidárias, que por vezes tentavam dar o tom a partir do seu modo de atuar nos tais espaços de participação. Mas este registro também visa destacar que havia embate e que as capturas não funcionavam sem tensionamentos e resistências.

Com a finalização do processo de realização das etapas municipais, tendo as conferências sido realizadas em grande parte dos municípios, e com a condução da comissão estadual se dividindo em palestras e orientações para o cumprimento das diretrizes, partiu-se para a etapa estadual. Posto que ao mesmo tempo em que nos dividíamos nas etapas municipais, organizávamos a etapa estadual.

## **2.6 DO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E ACONTECIMENTO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E NACIONAL**

Foram muitas reuniões para elaboração de uma longa programação de três dias de conferência estadual. O governo do estado, por meio da secretaria de assistência, possuía a rubrica financeira para viabilizar toda a estrutura do evento. A conferência foi realizada no Serviço Social do Comércio (SESC) de Santa Cruz/ES, com hospedagem e alimentação para 500 participantes, durante os três dias de atividades. A secretaria possuía a gerência específica –

NAPSI, para condução de grandes eventos, principalmente conferências estaduais vinculadas àquela secretaria.

Nessa gerência trabalhavam profissionais com *know how* para organização de uma conferência de grande porte, desde a sua divulgação, materiais, contratação de empresas de apoio, hospedagens, contratação de facilitadores e condução de toda infraestrutura do evento. Ou seja, tínhamos toda a infraestrutura necessária, os recursos destinados às políticas de juventude eram altos e poderiam ser usados.

Com uma extensa programação, a comissão construiu junto a esta gerência específica como seria cada dia da conferência e sua finalização com a definição das propostas do estado do ES, e a eleição de delegados para a etapa nacional. Na comissão foram indicados os facilitadores dos doze temas pré-determinados, tendo um facilitador para cada tema, levando-se em consideração a experiência e o conhecimento curricular significativo sobre o referido tema. Foi formado um grupo de profissionais para condução dos grupos de trabalho por temática.

A conferência teve início com uma mesa de abertura formal, contando com a participação do governo federal, com os representantes da comissão organizadora nacional, as secretarias estaduais, representantes da assembleia legislativa, bem como os gestores municipais. Após a formalidade da mesa de abertura tínhamos a fala do secretário responsável pela secretaria que promovia o evento e também a fala da sociedade civil.

Todos já estavam presentes no SESC em Santa Cruz - organizadores, comissão, convidados e os jovens participando da abertura oficial da conferência. Nesse momento eu ainda estava na secretaria em Vitória, fazendo os ajustes finais do evento. Próximo ao horário de sair para acompanhar em tempo a abertura do evento, minha gerente solicitou que fizéssemos uma última verificação na apresentação que o secretário realizaria, e que já estava finalizada. Nessa última olhada ela determina que tínhamos que inserir na

apresentação as ações das outras secretarias do estado para a faixa etária da juventude de 15 a 29 anos.

Me assustei com aquele pedido que não fazia sentido, pois as demais secretarias possuíam políticas muito diversas e, por vezes, vinculadas a ações do governo federal já previstas nas políticas da educação, saúde, cultura e tantas outras. Mas não se tratava de um pedido, era uma ordem, eu deveria fazer. Argumentei do risco que corríamos tentando tirar o foco das ações para juventude, que era a tarefa que nós deveríamos construir enquanto secretaria responsável por essa temática.

Argumentei, discordei, discuti... A abertura da conferência já estava acontecendo e todos ligavam para nós. Mas de nada adiantou, era uma ordem. E assim fui realizar a tarefa de ligar para cada secretaria do estado e buscar projetos e programas para a faixa etária de 15 a 29 anos. Como foi aflito aquele momento, a certeza de que mascarávamos o que era produzido e as dificuldades dessa produção, mas a conferência não era esse espaço? Não era ali o local dito legitimado para que a juventude cobrasse do Estado posturas ações sobre a vida dos jovens?

Eram as articulações, eram as modulações em que eu também estava inserida. A partir daquele momento me senti como um braço na construção dessa máscara. Dos tantos atravessamentos tinha também o fato de que o governador do estado não estaria presente na abertura da conferência. Novamente alguns questionamentos nos rondavam na ocasião: por quê? O que diríamos? Eu também era uma trabalhadora daquela secretaria, o que eu também estava engessando?

O governador não compareceu, o secretário fez a explanação dos vários projetos e programas do estado para os jovens. De sua própria secretaria que sediava a conferência, o secretário pouco sabia sobre as recentes formulações dos programas federais para adolescentes e jovens executados pelos municípios e coordenados pelo estado - também sob minha coordenação. E do alto da mesa principal para um público de 500 jovens o secretário direcionava o

olhar para minha direção e solicitava que, de onde eu estivesse, completasse as dúvidas que ele tinha referentes a esses programas federais.

Durante os dias em que correram a conferência os grupos ali representados por partidos tentavam a todo o momento uma derrubada da conferência, principalmente os partidos que faziam oposição ao governo do PT, que era o grupo que nacionalmente conduzia a I conferência de juventude. Eram muitas tentativas de manipulação e cooptação dos jovens, grupos de municípios que se juntavam por regiões para fechar blocos para a eleição de delegados a partir de interesses partidários políticos. Como nas conferências municipais, esse modo de atuação partidária se dava, e tentávamos interferir enquanto comissão no sentido de fazer os jovens compreenderem o que de fato eles desejavam enquanto grupo. Não foi fácil, mas foi um exercício permanente para que minimamente pudesse ser uma escolha, e não um processo de convencimento realizado pelos grupos partidários.

Mas não eram somente os grupos partidários que tentavam dar certa direção para a conferência, tentando fazer uso de algumas manobras. Observávamos também muitos municípios que estavam vivenciando uma nova forma de dizer sobre juventude de maneira não tutelar. Escutando o que os jovens diziam sobre seus modos de vida. E quem sabe pensar que eles poderiam sim ser formuladores de políticas públicas em seus municípios.

Os jovens de comunidades de terreiros, os jovens quilombolas, os jovens índios de Aracruz, os jovens pescadores, os jovens pomeranos, trouxeram muito do seu viver, e naquele espaço se colocaram também. Temos que dizer da importância que foi a garantia desses grupos na formulação da conferência, por mais que fosse um movimento ainda pequeno, foi imensa aquela troca.

A participação nos grupos de trabalho se deu forma intensa e bem ativa, os jovens que vieram representando os seus municípios apresentaram muito de suas realidades locais, da diversidade de seus modos de vida em seus territórios. Recordo-me que em nossa avaliação final registramos sobre o

envolvimento dos jovens nos debates, nos grupos, o que no período nos fez pensar sobre os momentos realizados pela comissão organizadora estadual, nas palestras e orientações nos municípios que não discutiam juventude. Avaliamos que talvez tivéssemos conseguido transmitir a que se propunha uma conferência enquanto espaço de construção e fortalecimento de políticas públicas.

Os debates em plenária dos temas trazidos pelos grupos foram momentos de grande intensidade. As manutenções, retiradas e supressões das propostas, geraram muitos debates e também grande envolvimento, a plenária não esvaziava, o dia da votação das propostas, e também o dia da eleição dos delegados, ultrapassaram os horários determinados.

A conferência se efetuou entre exercícios de participação e estratégias de cooptação e silenciamento dos jovens. A conferência transcorreu com o “sucesso esperado”, a eleição de delegados para a conferência nacional se deu de forma intensa, com muita interferência de grupos políticos, mas também com muitos posicionamentos de jovens que se organizaram ali, se conheceram ali. As representações expressavam a grande diversidade que se pretendia alcançar: jovens pomeranos, movimentos estudantis, índios, jovens das áreas rurais, a juventude negra. O Fórum Estadual da Juventude Negra (FEJUNES) estava iniciando suas ações e esse espaço também foi importante para essa consolidação. O FEJUNES teve uma atuação relevante e destacada na implementação de políticas voltadas à juventude e na formulação de denúncias acerca do extermínio da juventude negra capixaba.

A eleição de delegados para a nacional foi um dos momentos mais aguardados da conferência, os crachás, os tais objetos de valor, eram as “cédulas” de votação. Todas as votações ocorriam por contraste de crachás, a equipe de apoio contratada para o evento era quem fazia a contagem na plenária. Para eleição de delegados os crachás eram deixados na mesa principal para

contagem pela comissão. O ES teve 39 delegados eleitos na estadual para representação na conferência nacional que ocorreu no mês de abril de 2018.

E seguimos, os 39 delegados, para a Conferência Nacional, em Brasília. Todo transporte aéreo, hospedagem e alimentação foram disponibilizados para os estados pelo Governo Federal. A comissão organizadora estadual deveria manter sua organização e atuação também na conferência nacional. Mas nem todos os membros naquele momento estavam disponíveis para as questões que surgiam, ficando apenas um grupo pequeno, ainda coordenado por mim para o que pudesse surgir.

E logo na chegada vivemos um momento tenso e complicado. Brasília possuía as chamadas “gangues”, grupos que não aceitavam grupos de fora em determinados locais da cidade. E na chegada dos estados todos se concentraram para um encontro em um posto de gasolina, próximo aos hotéis em que estávamos hospedados. Naquele número grande de jovens se divertindo, fomos ameaçados por um carro que passou com homens armados, pois ali se tratava de um ponto de prostituição. Ameaçaram dizendo que “Brasília era deles”. E que todos saíssem dali. O pedido não foi atendido e eles voltaram passando em frente ao *hall* de um dos hotéis atirando. Foi um grande alvoroço, pois havia uma grande quantidade de jovens, todos correram para proteção e por sorte ninguém se feriu.

Mas após esse episódio, a comissão estadual se sentiu no compromisso de atuar diante do ocorrido. Convocar alguns jovens para registro de ocorrência e encaminhamos que a situação deveria ser abordada nos grupos de trabalho da conferência, principalmente no grupo com a temática: Violência. Me inscrevi nesse grupo com alguns membros da comissão para que lá pudéssemos dizer do ocorrido. Isso foi feito e no mesmo dia os facilitadores do grupo sobre Violência, que eram vinculados ao Ministério da Justiça, identificaram os autores dos tiros, eram ex-policiais.

Há uma importância nesse acontecimento, pois se discutia juventude naquele espaço, era os tais espaços legitimados para participação, e mais uma vez a juventude se tornou alvo. E ação deveria ser rápida, imediata, para que não perdêssemos o tempo de dizer ali de que urgências também tratávamos, quando nos colocávamos presentes para construção de políticas de juventude.

A Conferência Nacional reuniu aproximadamente 2500 jovens. Mesmo com as direções traçadas em metodologias de funcionamentos, documentos norteadores, um modo de participação direcionada... Foi histórico. Naquela diversidade dos jovens presentes poderíamos dizer que vários cantos do Brasil foram alcançados, estavam ali representados. E que muitos caminhos foram alinhados a partir daquele momento, disparando em todo país um modo de pensar e garantir políticas públicas para juventude.

## **2.7 INQUIETAÇÕES PROVOCADAS NAS CONFERÊNCIAS**

Os espaços modulados e planejados para o funcionamento das conferências, compreendidas como espaços privilegiados de participação social, pode nos levar a operar com uma substituição de antigas técnicas para novas moldagens biopolíticas de controle dos corpos, que não se dará apenas num ambiente de realização de conferências, mas também num tipo de funcionamento e construção de políticas públicas. Em muitas situações estávamos atravessadas por certo ideal de participação que deve se dar de forma organizada, ordeira. Contudo, vemos que a juventude está constantemente criando modos e jeitos de participação na sociedade para além de espaços instituídos, para além do controle dos seus corpos e modos instituídos de aprendizagem. Mas não era apenas isso o que se deu nas realizações das conferências. Atribuía-se a participação na conferência ao mero fato de estar presente naquele local, naquele horário, seguindo as orientações protocolares de uma conferência. Então, até onde podemos pensar em participação quando definimos as formas de participar, que acabam por nos cegar diante do que realmente atravessa e move a juventude?

As variadas formas de expressão dos jovens, o modo como se colocam ou não nesses espaços, diz de um modo de participação que está para além das formalidades impostas nos cadernos de orientações de uma conferência. O olhar mais atento e a escuta aguçada vão apontar que a juventude participa a todo tempo, de modos diversos e em todos os lugares.

Creio que os modos diversos de participação que se deram ali não foram percebidos por nós. Em mim havia uma preocupação imensa para que tudo ali funcionasse que déssemos conta de tudo que foi previsto, criado e planejado. Era incrível estar ali com 500 jovens de vários municípios do estado, o espaço tinha estrutura e todo o conforto para os 03 dias de conferência, ajudar a proporcionar aquele espaço para que o jovem participasse, para nós era muito grande naquele momento.

Muitas ocorrências impediram que nos atentássemos para a dimensão micropolítica da conferência se efetuando. Constantemente eu era retirada para assumir funções de mediação de grupos políticos que insistiam na “derrubada da conferência”. Havia uma rivalidade colocada frente a conferência estar sendo puxada proposta pelo governo Lula, e também nesses espaços partidos tradicionais de direita criavam enfrentamentos. O que se chamava de “derrubada da conferência” era a criação de meios para inviabilizar a realização da conferência. Utilizava-se do regimento que passa pela aprovação da plenária para, através dele, criar entraves para o andamento da conferência. Éramos acionadas para focalizarmos estas questões, além das questões específicas da organização, da programação do evento e do apoio aos facilitadores dos grupos de trabalho.

Analisando hoje o que se passou, percebo que as conferências se efeturaram também como um modo de regulamentação dos modos de participação da juventude na proposição de políticas públicas, estar ali presente já era entendido como participação. Não é demais relatar que todo processo de realização da conferência já estava pronto. Partia-se de noções já naturalizadas: cidadania, cidadão de direitos, modos de participar, política estatal como sinônimo de políticas públicas, dentre outras questões.

Havia outras redes paralelas que atravessavam e definiam rumos do que era dito e proposto pela conferência. Certos partidos políticos estavam monitorando o que alguns grupos deveriam falar e propor, como deveriam se comportar para que fossem escolhidos como delegados para a conferência nacional e, assim, respondessem aos interesses destes partidos.

As conferências funcionaram como um dispositivo de fazer ver e fazer falar o modo como a máquina estatal regulamenta os processos de participação: o que vai ser discutido e o que vai ser definido e proposto já está esboçado. Isso efetua um esvaziamento dos processos de participação, uma despotencialização da interferência dos jovens nos rumos das políticas que a eles são dirigidas.

Heckert (2007) diz:

Esta sutil arte da escuta, não se forja com práticas de formação piedosas e tecnicistas, que compreendem os sujeitos como entes abstratos e destituídos de experiência. O desafio é criar modos de operar os processos de formação de forma a experimentar a desestabilização das nossas certezas, a provocar a formulação de novos problemas, e não apenas a solução para problemas já formulados. Ou seja, processos de formação-intervenção como dispositivo de abertura a outras sensibilidades (escuta). É na escuta-cuidado que (re)criamos as relações, o mundo e, desse modo, torna-se fundamental criar estratégias que nos permitam escutar as diferenças que nos desassossegam (ROLNIK, 2006). A escuta-experimentação não visa a apreender uma realidade, uma verdade do sujeito, e sim abrir espaço para criação de modos de existência compatíveis com uma vida solidária e generosa, acompanhar os movimentos que criam paisagens por vezes suaves, por vezes endurecidas, por vezes mortificadoras. (HECKERT, p. 09, 2007)

Heckert (2007) nos enriquece com o modo com que forjamos escutas. Ou seja, afirmamos que estamos operando na direção da participação, de uma escuta que os jovens traziam, mas, na verdade, estávamos capturados por muitas instituições. Tudo tinha um modo de funcionar muitas vezes nos levando a não perceber os desassossegos, os desconfortos, as capturas. O que incomodava e inquietava eram atravessamentos de uma organização protocolar. Passados alguns anos, num esforço de ativar a memória do que se passou nestas

conferências, percebo que estávamos pouco atentos a escutar o que desviava dos procedimentos, temas, cronograma. Os temas, procedimentos e cronogramas não engessavam apenas os jovens, também regulamentava e delineava as nossas ações como técnicos a tal ponto que o que desviava pouco foi ouvido por nós. Não percebemos que estes procedimentos engessavam, contornavam e produziam o que era dito e o que seria silenciado.

Não que não tenha havido escapes, resistências e derivas durante o processo das conferências. Certamente estas derivas ocorreram. Mas todo o seu processo de constituição partiu de certas noções já naturalizadas: cidadania, cidadão de direitos, participação, política estatal como sinônimo de políticas públicas, e a própria definição do que é a juventude. Porém, não podemos deixar de ressaltar que as conferências também se construíram como fomento à variação de ações e programas governamentais, voltados à juventude. O dispositivo conferência impulsionou a criação e/ou fortalecimento de conselhos de juventude, gerências, coordenações e fóruns.

Porém, assistimos também a intensificação de procedimentos de regulamentação da vida dos jovens negros e pobres. Na última década do século XX e a primeira década do século XXI vemos a ampliação da lógica punitiva sendo direcionada aos jovens pobres.

Se de um lado houve um incremento à construção de políticas sociais voltadas à juventude, vimos também as políticas de segurança se tornando cada vez mais o procedimento estatal por excelência direcionada aos jovens negros e pobres.

### 3. CONTENDO VIDAS: A JUVENTUDE NA SEGURANÇA PÚBLICA

*Abro o jornal: a velha tarja preta, esse petróleo desperdiçando. Não quero mais que matem meus meninos, tantos pretos lindos. Quero em suas bocas argumentos. Quero em suas mãos instrumentos. Ó pobres desprezados menininhos. Era só pegar um cavaquinho.*

*(Elisa Lucinda)*

Nesse capítulo objetivamos pensar como a juventude passou a ser tomada como um problema para as políticas de segurança em suas várias faces, governamentais ou estatais, e direcionadas para um determinado público, que tem idade, cor e local de moradia específicos. Entendemos que essa movimentação está relacionada à construção do mito da criminalização da pobreza e da periculosidade.

Matsuda (2009) estudando a noção de periculosidade indica que o termo “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, no contexto da sociedade industrial inglesa. Aponta que os estudos de Foucault permitiram compreender que este termo está vinculado a uma economia do processo de punição. Trata-se, a partir da emergência da sociedade disciplinar, de corrigir os indivíduos “[...] ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos. não ao nível de suas infrações efetivas a uma lei também efetiva, mas das virtualidades do comportamento que elas representam.” (FOUCAULT, 2011, p. 85)

Cecília Coimbra (2006) nos traz análises apontando que desde o final do século XIX já estava em funcionamento o dispositivo da periculosidade. Esse dispositivo foi indicado por Foucault, situando-o na emergência de uma certa forma de controle que é a sociedade disciplinar. Neste funcionamento, o exercício do poder funciona por um jogo de sinais, nomeado por Foucault (1989) como a efetuação do controle no nível das virtualidades. Um exercício de poder que atua no nível das virtualidades e que se materializará num jogo entre práticas de exclusão e de inclusão das camadas mais pobres da população, dentre elas a juventude pobre.

Esse discurso da periculosidade acaba por dar corpo e constituir a elaboração de muitas políticas estatais de segurança. Algumas dessas políticas já estão inseridas na sociedade há séculos, como a polícia, outras passam a tomar forma a partir do momento em que um determinado público passa a ser o centro das atenções, como os jovens. Cecília Coimbra (2006) ainda nos diz que esses discursos dominantes, que têm início no século XIX, estão pautados em teorias racistas, tais como as teorias da eugenia, da degenerescência da raça, e no movimento eugenista.

Com uma herança de mais de 300 anos de escravidão no nosso país o controle das virtualidades teve papel fundamental na constituição de nossas subjetividades. A partir das teorias científicas que contribuíram nesse processo, Coimbra (2006, p. 3) aponta que a ciência racionalista cartesiana,

[...] justifica os fundamentos da escravidão, em especial do negro, por intermédio das teorias racistas. Estas realçam – baseadas nos ideais eugênicos – as misturas raciais indesejáveis, aquelas que explicariam as enfermidades, imbecilidades, indolências, doenças físicas e morais de todos os tipos e que, por conseguinte, estariam “nas origens dos perigos sociais”. A própria “natureza” dos negros, sua índole preguiçosa e negligente, justificaria o tratamento vil a que eram submetidos.

O movimento eugenista presente no Brasil no século XX<sup>19</sup> vai fortalecer conceitos de embranquecimento da raça, de raça pura, de aperfeiçoamento da espécie, defeitos na procriação, que eram comuns em tratados da medicina, da psiquiatria e do direito, conforme assinala Coimbra (2006). Conceitos que pregavam a esterilização dos degenerados como forma de controle dos males sociais. Os pobres doentes, supostos criminosos, que viviam nas prisões, asilos, hospitais, que não serviam para o trabalho, os vistos como inúteis,

---

<sup>19</sup>Eugenia, que quer dizer bem nascido, foi um termo criado por Francis Galton em 1883, cujas ideias embasaram o movimento eugenista que visava melhorar a raça humana por meio de controle genético, esterilização de pessoas classificadas como débeis e de outros grupos humanos considerados inferiores, etc. As teorias eugênicas estão pautadas em noções racistas. No Brasil, o médico Renato Kehl foi o principal criador e propagandista das organizações eugênicas em São Paulo, em 1917. A este respeito ver: DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Sci. stud.* [online]. 2008, vol.6, n.2 [cited 2019-03-19], pp.201-218. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 de janeiro de 2019.

deveriam ser esterilizados. Essa visão não se distancia dos tempos atuais em que parcelas da sociedade apoiam, aplaudem e incentivam extermínios, torturas e muitos tipos de violência.

Cecilia Coimbra (2006, p. 5) ressalta que:

Coroando e seguindo as pegadas de todas essas teorias encontramos no Brasil, do final do século XIX e início do XX, o movimento higienista que extrapolando o meio médico, penetra em toda a sociedade brasileira, aliando-se a alguns especialistas como pedagogos, arquitetos/urbanistas e juristas, dentre outros. Esse movimento, formado por muitos psiquiatras da elite brasileira, atinge seu apogeu na década de 1920, quando da criação da “Liga Brasileira de Higiene Mental” por Gustavo Riedel. Suas bases estão nas teorias racistas, no darwinismo social e na eugenia, pregando o aperfeiçoamento da raça e colocando-se abertamente contra negros e mestiços – a maior parte da população pobre brasileira.

Assim, ainda de acordo com Coimbra (2006), a elite brasileira passa a entender que tem uma missão a cumprir para construção de uma nação, propondo medidas de “saneamento moral” direcionado à pobreza, que supostamente com seus vícios, doenças, inutilidade, não estaria de acordo com um ideal de nação que emergia. E esse mal era visto como presente nas famílias pobres e que poderia colocar sob ameaça toda a sociedade. Mas aqui também os pobres são classificados e distribuídos em uma escala de moralidade, os pobres “dignos” e os “viciosos”, o bom e o mau pobre. Os “dignos” que trabalham e mantêm suas famílias e seus filhos afastados de espaços perigosos e dos vícios, que mantêm os “valores morais”; e os “viciosos” que vivem no ócio, são portadores de doenças, não estão no mundo do trabalho, são maus pais, ou seja, perigosos em potencial.

Mas, assinala Coimbra (2006), todos estavam em risco, pois o pobre “digno”, pela sua natureza pobre, poderia ser contaminado por aproximações com vícios e delinquências, pois os “viciosos” eram vistos com grande potencial de contágio. Surge aí também a preocupação com as crianças pobres que, no futuro, poderiam fazer parte dos grupos dos viciosos, dos perigosos. E a rua passa a ser vista como o local da proliferação dos perigos, lugar onde os criminosos habitam.

Aqui Cecília Coimbra (2006) nos traz contribuições para pensarmos acerca da utilização da noção de periculosidade nos espaços públicos. A relação entre pobreza e criminalidade, a compreensão de que os pobres seriam ameaças presentes nos espaços públicos, nas ruas e praças, são noções que pautarão muitas políticas que irão pensar o controle e a ordem dos espaços públicos. Estas noções atravessaram muitos projetos arquitetônicos que prescreveram a ordem nas cidades, de modo a mantê-las higiênicas, principalmente com relação a pobreza, vista como o grande perigo social. Em uma ordem que previa o corpo limpo, saudável e disciplinado, útil e dócil, as cidades deveriam também seguir esse modelo. A rua entendida como lugar da vadiagem, do perigo, deveria ser ordenada contra os indesejáveis.

Aqui podemos trazer o que Foucault nos diz acerca da fabricação de um corpo ordeiro, útil, dócil:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (FOUCAULT, 1989)

A rua também passa a operar com mecanismos de controle dos corpos que escapam ao que está prescrito como obediência, como um corpo útil. Tudo que escape ao modelo de normalização e que foge aos valores morais e da justiça, é visto como perigo ou ameaça a uma determinada ordem social. Os pobres são localizados em territórios que devem ser contidos de formas variadas, através da punição ou por meio de políticas estatais/governamentais que moldem esses sujeitos com orientações e organização de suas vidas.

A sociedade disciplinar ajusta o sistema de castigos à utilidade dos corpos de forma normalizadora, na intenção de obter docilidade desses corpos. Educando para a adaptação como meios de pacificação das tensões, o aumento de riqueza e regras de poder, agindo preventivamente com o objetivo de conter o aumento de sujeitos supostamente perigosos (PASSETI,1986). O que podemos perceber é que esta noção de classes perigosas, a fabricação da associação entre pobreza e violência, e as teorias racistas vão permear boa parte das políticas públicas destinadas aos jovens. A noção de periculosidade funcionará como uma tecnologia de poder que atua segregando, separando, distribuindo no espaço, controlando os indivíduos a céu aberto. A noção de periculosidade amplia seu raio de ação ao se conectar com as noções de risco e vulnerabilidade, definindo a cada momento os supostos perigosos. Em grande parte dos casos, os perigosos são os desviantes a um modo de vida instituído, e as políticas públicas são chamadas a atuar muito mais para efetuar controles do que para ampliar exercícios de autonomia.

Na sequência relatamos uma experiência em uma política governamental. Nosso intuito com este relato é apresentar como estas linhas, anteriormente esboçadas com a contribuição de Foucault e Cecília Coimbra, vão se conectando e engendrando certas políticas estatais.

### **3.1 CASA AMARELA - DE UMA PRÁTICA EM PROGRAMAS DE SEGURANÇA PÚBLICA**

A partir da década de 60 o número de pesquisas no campo da criança e do adolescente aumentou mundialmente, fomentadas certamente em função da compreensão de que jovem passou a ocupar um lugar determinante no cenário da violência. Já em 1989 a Convenção Internacional dos Direitos da Criança da ONU marcou a transformação das políticas voltadas a essa população no Brasil. No Brasil, em julho de 1990, entrou em vigor o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que dispõe da proteção integral à criança e ao adolescente, substituindo o antigo código de menores. O ECA estabelece a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, visando assegurar a sua

participação na vida social. (TAVARES; OLIVEIRA; BOSSATTO; DEUS; COELHO; VILAS-BOAS, 2011).

O advento do ECA também abriu as portas para uma série de políticas que passaram a ser elaboradas, principalmente programas e projetos sociais que pretendiam atenuar os chamados “riscos sociais”, aos quais estariam supostamente sujeitas as crianças e adolescentes das camadas populares. Projetos e programas com esse propósito foram se proliferando nas periferias das grandes cidades.

Com o crescimento acelerado das grandes metrópoles, os bairros de periferia ganharam estigmas de perigosos, violentos, de espaços dominados pelo tráfico, criando a percepção de que seus moradores são os agentes das mazelas sociais. Dessa forma crianças e adolescentes habitantes da periferia são considerados em situação de “vulnerabilidade social” por conviverem com os supostos agentes da violência. E a partir desses determinismos geográficos também foram sendo constituídas essas políticas.

O modo como se enxerga a pobreza também traz os contornos do ideário higienista, como dissemos anteriormente. Uma forma de classificar os pobres os divide entre “bom” e “mau”. O “bom” pobre trabalha, mantém sua família “em ordem”, os filhos na escola, nenhum membro da família entregue aos supostos “vícios” ou com vinculação com o tráfico de drogas, principalmente os jovens. Já o “mau” pobre é aquele que supostamente não se organiza, está entregue às mazelas, tem “dificuldades” com os filhos, é pressuposto que muitos destes filhos jovens estão atuando no tráfico de drogas. Esses são os considerados perigosos em potencial, que se ainda não cometeram crimes, estão em vias de o fazer. Mas mesmo o “bom” pobre, pela sua própria condição de pobreza, pode vir a se tornar um “mau” pobre.

E, assim, as políticas se voltam aos possíveis males oriundos da pobreza. E nesse mapeamento da pobreza, a juventude é instalada no centro dessa preocupação, pois no futuro poderá fazer parte dos ditos “perigosos”. E como “solução” para as possíveis mazelas, está a criação de programas e projetos

que tentarão conter ou controlar tudo que se direcione ao “perigo”. Ações de proteção social, controle, disciplina ou até repressão, em nome de uma salvação das condições em que os jovens se encontram.

A noção de perigo permeia uma série de instituições de sequestro que têm como finalidade fixar os indivíduos sob um controle que se pode exercer por meio da prevenção e da exclusão, como apontou Foucault (2011). Essas instituições apresentam como estratégias de poder a vigilância permanente sobre os indivíduos, e como um dos seus efeitos podemos referir o incremento da produção de saberes sobre os indivíduos. E nesse contexto as práticas preventivas associam-se à vigilância do que ou de quem supostamente comporta em si a periculosidade. (TAVARES, 2011).

Nos territórios classificados como perigosos, políticas de salvação comparecem e atuam com objetivo de superar algo, como retirar crianças e adolescentes do ócio, dos perigos das ruas dos territórios em que moram, “protegidos” pelos muros das instituições, mantendo-os afastados dos riscos, do tráfico que poderá facilmente cooptá-los.

Nossa sociedade exige obediência para produzir criança bonitinha e ordeira, e o jovem confuso, mas adaptável, pronto para ingressar, responsabilmente, na idade adulta. Para quem não se encaixa nessa identidade *tolerável*, estão destinados as suspeitas, a assistência e o encarceramento. As políticas governamentais que pretendem regular o desgoverno das ruas articulam uma série de dispositivos que constroem o perigoso político da ocasião. No Brasil, seja sob regime democrático ou ditatorial, crianças e jovens foram e são alvos privilegiados das políticas assistenciais e inquilinos regulares das instituições austeras, que trocam de nomes ao longo do tempo, mas não deixam de ser prisões. (AUGUSTO, 2009)

As políticas públicas começam a se organizar no sentido de dar “soluções” para os sofrimentos dos jovens. Trabalhando por meio da participação em programas e projetos que pretendem indicar outras possibilidades de vida, além do que experimentam em seus territórios. Com o amparo de indicadores e estatísticas que dizem sobre a morte de jovens pela violência, a segurança pública também se ocupa dessa nova ordem, apresentando ações em formatos de programas.

As políticas públicas que se ocupam da juventude vão se estendendo em uma grande trama de intervenções por todo país. O governo federal em 2009 criou uma estrutura de grandes programas que objetivavam dar conta dos problemas da segurança pública em seus vários campos. E a juventude estava inserida em um desses braços. Debateremos aqui como a juventude se torna um problema a ser tratado pela segurança pública. O modo como o jovem é pensado nas metodologias desses projetos diz de uma necessidade de “proteção” desse público. Mas até onde podemos pensar a dita proteção?

O lançamento desse grande programa do governo federal teve como parceiros em algumas frentes os diversos estados da federação e, em outras, os municípios. Visto como uma força que daria respostas para uma parte dos imensos problemas da segurança pública no país, o município de Vitória fez a adesão para implantação do projeto que tinha como público o jovem.

Para execução do projeto fui convidada para assumir o cargo de coordenação pelo município de Vitória. O projeto voltado para juventude seguia as diretrizes do governo federal e deveria se adequar à realidade do município. Para iniciar as ações o primeiro passo consistia na indicação do bairro em que o projeto aconteceria: o bairro com os maiores índices de violência entre os jovens do município. O projeto já vinha com a indicação do bairro a partir dos indicadores de violência apontados em pesquisas produzidas sobre mortes de adolescentes e jovens do UNICEF e do Mapa da Violência de 2010.

A execução pela prefeitura do Vitória se dava por meio da secretaria de assistência social, em parceria com a secretaria municipal de segurança pública. O objetivo do projeto era desenvolver ações com jovens de 15 a 24 anos que estivessem com vinculação direta com a violência, como o tráfico por exemplo. A ideia era que esse jovem tivesse dentro do seu bairro, considerado violento, outro espaço em que ele pudesse frequentar e ter a “oportunidade” de construir outras “saídas” para além da violência.

O projeto apresentava o percurso de trabalho nas áreas consideradas de riscos e de perigos e, dentro dessa lógica, “escolhia” o público para o qual a ação deveria estar direcionada, o público centro das estatísticas de mortes e de vínculos entendidos como violentos. O projeto entrou nessas comunidades se apresentando como um lugar que viabilizaria “saídas” para esses problemas, e que ali, naquele espaço da “Casa Amarela”, em Santo André região de São Pedro, na comunidade pobre e violenta, estariam profissionais que poderiam ajudar a conter ou controlar os males da violência espalhados pelo território. Ali estariam salvos.

Além de apontar o bairro de atuação e definir a faixa etária dos participantes, o projeto oferecia uma bolsa no valor de R\$100,00 reais como modo de “estímulo” a participação e “ajuda” financeira para que os jovens buscassem menos a aproximação com o tráfico. E sem dúvida o recurso financeiro entrou como uma importante ferramenta no modo de construção dessas políticas, atrelada à participação estava a concessão dessa bolsa. O dinheiro tornava-se um modo de se relacionar com a disposição do jovem pobre ligado ao tráfico. Cabia a este jovem buscar as tais “saídas” e “possibilidades” que estavam sendo ofertadas, colocando na mão do jovem a decisão sobre a superação de suas dificuldades.

O projeto orientava que deveríamos estar atentos à escolha do jovem que participaria, que tentássemos alcançar a juventude que estava vivendo a violência ou tinha proximidade com atos violentos. Entramos nesse processo de “classificação de violências” e vidas. Acreditávamos que esse era um caminho possível e também queríamos que o jovem estivesse ali com a gente. Acreditávamos que estando ali, na casa amarela, por uma parte do seu dia, teríamos a “chance” de com eles pensarmos tantos outros caminhos.

Iniciamos, assim, definindo idades, oferecendo bolsas e classificando violências. Como chegaríamos nesses jovens? Teríamos que escutá-los e em seus relatos identificar vinculação com o tráfico, violência, ato infracional... Foi

um início totalmente nebuloso. Articulamos conselho tutelar, vara da infância, programas de proteção... Serviços que poderiam encaminhar o “jovem com perfil”. Além da ida espontânea de muitos, não tardou para recebermos os encaminhamentos desses órgãos, aflitos para as “soluções de seus problemas”. Para os jovens vindos por encaminhamentos, organizávamos “estudos de casos”<sup>20</sup> com esses órgãos para entendermos mais sobre o motivo do encaminhamento e criar as formas de acompanhamentos que fossem necessárias.

O que não percebemos é que tais programas acabam por alimentar a compreensão de que esses jovens não são capazes de gerir a própria vida. Assim, suas vidas são interrompidas pela repressão, via ação do aparato de segurança estatal, mas também por programas e projetos, que se dizem sociais e que atuam em benefícios desses jovens.

A casa amarela localizada no território de Santo André, na região de São Pedro, estava situada no centro do bairro. Era ampla, com três andares, e se diferenciava das demais residências da localidade. Ali montamos equipe, construímos plano pedagógico e selecionamos os jovens. O projeto ofertava oficinas temáticas, oficinas de arte, informática, funk da paz e muitas articulações com as demais ações com juventude desenvolvidas no município de Vitória.

O projeto funcionava de segunda a quinta nos dois turnos com os jovens. Os jovens que estavam estudando participavam no contra turno escolar, em seu esboço a carga horária para participação era bastante extensa. Em média tínhamos 80 jovens participando, divididos nos dois turnos. Na casa amarela a movimentação de jovens era sempre intensa, possuíam um importante vínculo

---

<sup>20</sup>Estudo de caso é nome dado para uma reunião que ocorre a partir da necessidade de discutir sobre questões e dificuldades individuais apresentadas em sua maioria por crianças e jovens. Nessa reunião estão presentes serviços e equipamentos de áreas diversas (saúde, educação, assistência, conselho tutelar, varas...) que tenham relação com a situação vivenciada pelo indivíduo.

com os educadores e osicineiros. A equipe era composta por estes profissionais mais um coordenador, um psicólogo, um auxiliar de serviços gerais e vigilantes patrimoniais. Semanalmente realizávamos duas reuniões de equipe, uma de planejamento de ações e articulações, e outra somente entre o psicólogo e a equipe de educadores e oficineiros. Esse espaço foi pensado a partir da observação do psicólogo, pois havia entre alguns profissionais da equipe dificuldades em lidar com a relação que muitos jovens estabeleciam com o tráfico.

A dificuldade de muitos jovens aceitarem as relações de convivência estabelecidas no projeto com relação aos horários e a convivência com os demais angustiava alguns profissionais, que entendiam que a punição como suspensão da bolsa ou desligamento seriam as soluções para os problemas encontrados. Os profissionais traziam também a dificuldade em trabalhar com jovens que “naturalizavam a violência”. A escuta do que os jovens traziam conflitava com o modo de trabalho que alguns profissionais gostariam de executar, com os modos de vidas que gostariam de lidar.

Todos os jovens participantes traziam vivências de violências de vários tipos: abusos sexuais, agressões em família e no tráfico, constantes ameaças de mortes, dentre outras situações. Alguns já estavam inseridos em programas de proteção, vivências de cumprimento de medidas socioeducativas em internação, grandes funções no comércio varejista do tráfico de drogas, além das constantes violências sofridas pelos agentes do Estado, como a força policial. Essas eram supostamente banalizadas nos discursos dos jovens, sabiam que eram “alvos” permanentes da polícia, se referiam aos policiais como: “vermes”, “bruxos”. Sofriam perseguições e, sem dúvida, eram as piores, pois eram/são o Estado agindo.

E aqui nos deparamos com o gargalo a que se propunha o projeto. Essa ação/projeto era parte do grande programa nacional de segurança com cidadania, vinculado ao Ministério da Justiça. Outros projetos que eram parte

desse programa realizavam ações com a polícia militar (PM), com a proposta de uma possível humanização das polícias, querendo transformar esse agente da segurança ostensiva em “parceiro” da comunidade.

Sabíamos pouco dessas ações com a PM. O pouco conhecimento que tínhamos era com relação aos conteúdos das formações em direitos humanos voltadas para as comunidades, além de algumas ações em escolas sobre o uso de drogas. Mas um ponto importante devemos destacar, nosso trabalho com os jovens também era parte de um programa de segurança pública. Em um contorno para supostamente salvá-los, recuperá-los, protegê-los...

O projeto deveria acontecer em um bairro caracterizado como violento, apontado pelos indicadores de violência que diziam de quem mais morria - o jovem. Os tais territórios violentos eram os locais onde a “polícia comunitária” deveria concentrar sua atuação, nos bairros pobres dominados pelo tráfico e tidos como muito perigosos. Mas porque a juventude permanecia como público de um projeto de segurança pública?

Tavares (2011) analisa que pensando nesses determinismos geográficos são criadas políticas voltadas para a atenção à criança e ao adolescente em “situação de risco social”. Podemos dizer que essas ações estão pautadas, via de regra, em propostas que visam afastar a criança, o adolescente ou jovem do convívio com a comunidade perigosa. Assim, muitos programas, projetos e ações foram criados, atravessados pela lógica da “limpeza social”, em que esses projetos passavam a ter uma função de se configurarem como espaços de “medida de proteção”, espraiando a expectativa de que ali os jovens poderiam ser ‘salvos’, “contidos” ou terem suas vidas “reconduzidas”.

No caso da juventude isso se intensifica ainda mais, pois o jovem é visto também como um protagonista da violência produzida nos bairros, pois são os jovens que estão nas bocas vendendo drogas, são os jovens que estão no *front* com armas nas mãos e nas guerras dos territórios. É sobre esses jovens

que os olhos da instituição polícia estão voltados, estendendo esse olhar sobre toda juventude negra e pobre da periferia.

Percebíamos aí um funcionamento em que a proteção se efetuava associada ao controle das vidas destes sujeitos: os mesmos jovens que deveria ser “protegidos” eram também o alvo de controle por parte de instituições que também faziam parte do programa. A seguir relato uma vivência que nos colocou frente a frente com essa questão.

Na casa amarela, ao final das atividades com os jovens no projeto, era permanente a presença de alguns que, circulando na sala da equipe e da coordenação, sentavam na mesa redonda que fazíamos as nossas reuniões de equipe e ali ficavam conversando ente eles e também com a equipe de profissionais. Nessa sala uma das janelas dava para rua, e num certo dia estava ocorrendo no primeiro andar a inscrição para outro projeto com mulheres, que também eram parte do programa de segurança pública. Era uma fila longa e para organizá-la foi chamada a guarda municipal, que também possuía ações dentro do programa de segurança pública.

Sentado próximo à janela estava um dos jovens, que em tom de brincadeira e risadas gritou algo para as pessoas nas filas. Não conseguimos escutar o que foi dito e nem ficamos atentos também para isso, era um momento de descontração em que alguns jovens gostavam de ficar na sala próximos da equipe. Nesse momento eu estava posicionada atrás da porta que estava entreaberta. De repente a porta se abriu bruscamente e fui empurrada para a parede. Entrou na sala um guarda municipal, com uma arma nas mãos, se aproximou de um jovem, levantou os óculos e pediu para que o jovem olhasse para ele. Com o rosto muito próximo do rosto do jovem disse: “guarda bem o meu rosto, porque eu não irei esquecer o seu”.

Todos na sala ficaram assustados e eu me posicionei entre o jovem e o guarda. Olhando para o guarda perguntei quem era ele e quem o autorizou a

invadir aquele espaço e fazer ameaças. Ele logo se afastou e disse que o jovem o havia xingado, gritando “guarda pau”. Os educadores da equipe retiraram o jovem do local e eu fui falar com o guarda. Nessa fala pontuei a invasão ao espaço, a ameaça ao jovem, e que se algo grave realmente tivesse ocorrido ele não deveria se dirigir ao jovem e sim buscar os profissionais daquele espaço. E nessa fala incluí o fato da guarda municipal fazer parte do mesmo programa de segurança pública que fazíamos parte, de como era esse entendimento e a relação que eles estabeleciam com os jovens.

Essa experiência ressoou durante muito tempo em meu percurso profissional, ao retomá-la na construção desta dissertação outras questões puderam ser enunciadas: Por que a juventude pobre está posta na configuração de um programa para segurança pública? Era para que fosse contida, ameaçada, oprimida e “colocada no seu devido lugar”?

O jovem de temperamento brincalhão teve o seu corpo tomado pela raiva naquele momento, tremia encarando o guarda, pronto para reagir sem poder, não tinha forças com uma arma próxima a ele. Só conseguia dizer para a equipe que eles eram “vermes”, “bruxos”, que os queria mortos.

Tavares (2011, p. 132) afirma que:

Os mecanismos que põem em funcionamento a grande engrenagem, o “dispositivo da criminalidade”, integram agenciamentos de administração da vida em território monitorado por suas naturezas diversas, tais como, as prisões e os projetos sociais, por um lado, e as políticas públicas, por outro, que juntos operam um controle social amplificado, envolvendo as prevenções e o gerenciamento das virtualidades dos perigosos, produzindo inclusive as identidades/essências de ser humano, de bandidos, de gente inferior.

Esse jovem era “o bandido”, “a gente inferior” citada pela autora, era como se o bairro que morasse, a condição de ser jovem pobre e negro “autorizasse” um agente de segurança pública ameaçá-lo. Os jovens foram selecionados por nós considerando classificações de violências. Era ali também, naquele território, que se “sabia”, encontraria a violência para ser controlada por meio de projetos

que cuidassem dessa parte, de uma dita prevenção ou diminuição de uma violência sempre localizada nesses grupos.

Retornamos ao que indicamos ao longo da pesquisa, de modos de classificação de determinadas vidas, no caso a vida de jovens negros e pobres, em classificações de violências, sofrimentos e violações. Augusto (2012) nos aponta algumas análises acerca dos processos que vem transformando as periferias em campos de concentração a céu aberto. A análise do autor nos ajuda a compreender que mesmo os programas sociais, que supostamente existiriam para efetuar proteção e minimizar efeitos da violência direcionadas a esses corpos, estão permeados por uma lógica penal-punitiva.

Dizer que as periferias são campos de concentração a céu aberto não implica uma analogia ao campo de concentração como zona de exclusão social e territorial. Segundo Passeti (2003), o campo de concentração a céu aberto se refere a uma tecnologia de governo que opera não mais sem lugares de confinamentos fechados, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação ao centro, mas pelos próprios habitantes. É um dispositivo inclusivo de participação que amplifica as modalidades de encarceramento. Ele se expressa nas relações estabelecidas entre as pessoas que convivem sob um mesmo regime de governo, respeitando-o e produzindo práticas de assujeitamentos que as mortificam, não por uma imposição externa, mas por uma decisão voluntária em se manter na condição de assujeitados. Seguem contentes e amando o acolhimento de sua participação contínua para a melhoria das mesmas e históricas condições de existência. A inclusão de jovens capturados pelo sistema penal como infratores ou que supostamente vivem em situação de risco ou vulnerabilidade em projetos que se pretendem libertadores e inovadores é regra nos dias de hoje. Esses projetos estão inflados de técnicos em humanidades de várias áreas, recebem financiamento do Estado e/ou da iniciativa privada e conectam maneiras de amplificar a participação da chamada sociedade civil organizada na vida prisional de cada jovem. Permeiam, assim, os muros da prisão, criando um trânsito indiscernível para esse jovem entre estar na prisão-prédio ou estar na comunidade bairro onde mora, feliz na favela onde nasceu, cresceu e vai morrer. (AUGUSTO, 2012)

Aqui podemos dizer também do que se passa nesses espaços a céu aberto, O espaço aberto de uma suposta liberdade é o espaço dos territórios que estão nos indicadores, que são a preocupação das políticas de estado para se instalarem no território “perigoso”. Dizia-se entre os profissionais das diversas áreas da prefeitura que o território de São Pedro sempre foi “muito bem

coberto” pelas políticas públicas, em cada canto um equipamento público da prefeitura ou um projeto para crianças, adolescentes e jovens. Alguns moradores falavam: “mais um projeto para São Pedro!”. Para a população moradora de São Pedro todos os serviços estavam próximos a suas casas, em suas ruas, por que esses moradores sairiam do bairro? De fato, muitos não saiam. Até onde podemos dizer que não havia um investimento para que assim fosse? Em seus bairros pobres nasciam e de lá não deveriam sair.

Relatar a experiência em um programa municipal que conectava a assistência social e a segurança pública é uma forma de expressar muitos sinais que reafirmam o lugar: ‘*ser jovem, ser pobre, é ser perigoso?*’ nomeado por Coimbra e Nascimento (2005) como título de um de seus artigos. Algumas políticas se mantêm afirmando esse lugar para o jovem pobre, que não os desvincula das violências que ocorrem nos ditos territórios perigosos. Sendo assim, se a promessa destes programas e políticas governamentais era, e ainda é, a de fazer interferências nas vidas dos jovens pobres, de modo a alterar suas condições de vida, o que vemos se efetuando são programas funcionando como controles a céu aberto, como tecnologias de criminalização da miséria. Trata-se também de políticas de juventude, voltadas ao controle e a punição de uma significativa parcela de jovens brasileiros.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A experiência é “isso que me passa”  
(Larrosa)

A experiência dessa dissertação partiu de minhas práticas profissionais em programas efetuados por governos estaduais e municipais, voltados aos jovens pobres, em sua maioria negros. Dessas experiências foram delimitados três eixos de discussão: a chamada onda jovem, os dispositivos de participação dos jovens nas políticas públicas e o processo de criminalização dos jovens pobres por meio de programas sociais e de segurança, que reafirmam o mito da periculosidade dos jovens pobres.

A construção dessa escrita se deu a partir de um longo processo de reencontro com experiências profissionais que me atravessaram a vida e me conduziram para lutas e militâncias num campo que vinha sendo pautado no país – a juventude. Tomar esse reencontro com o campo de pesquisa me conduziu a encontros e indagações com práticas de trabalho, modos de pensar a juventude, de fazer gestão de políticas públicas que vinham de uma certeza que “tínhamos conseguido”, “tínhamos encontrado” o “lugar para juventude”, “tínhamos dado voz” à juventude e suas expressões, estávamos alcançando o “grande sonho” de construção de políticas públicas para juventude. O grande sonho estava se realizando.

O objeto de pesquisa percorreu outros caminhos sem perder o olhar sobre a juventude, e acabou por me levar a um encontro que desconstruiu espaços antes seguros... O “grande sonho” foi atravessado por tantas outras linhas, que me tiraram do lugar seguro, me fizeram colocar em questão minhas práticas profissionais, meus debates e a minha militância.

Foi um encontro com outra trilha. Os espaços dos supostos conhecimentos e domínio de algumas práticas foram abalados... E como foi custoso me permitir sentir esses abalos, que esvaziaram as certezas e soluções. Não, não nos aproximamos de sonho algum!

A juventude foi conduzida mais uma vez para caminhos duros, caminhos de controles, caminhos de participações protocolares com locais, dias e hora para acontecer, com decisões tomadas antes, com documentos elaborados antes, para que os jovens fossem encaixados.

Ações que ousaram criar espaços/projetos em seus bairros de vida, para transformar as suas vidas! A partir de indicadores, estatísticas, classificações, definições de violências e violações. A vida é muito maior! A partir de que lugar dizíamos que essas políticas eram as soluções as saídas? A partir dos nossos especialismos? Era outra coisa, era com outras pretensões que a juventude se tornava um “problema” a ser resolvido.

O abalo que a dissertação provocou me levou a colocar em análise os espaços de trabalho em que estive e que ainda estou. Me conduziu a outros modos de ações, de falas, de contribuir para pensármos novas possibilidades de trabalho, entendendo que é somente o jovem que pode dizer sobre ele, e que aplicaremos nossas forças nessa potência.

Foi grande a dor de escrever em meio a uma conjuntura de país que vem espalhando seus microfascismos por todos os cantos. Uma conjuntura que torna presidente da nação a representação da violência, do racismo, da homofobia, da opressão, do conservadorismo: a destruição.

O jovem negro está morrendo mais, cada vez mais! Se o jovem pobre negro continua sendo “perigoso” e continua desaparecendo, tendo sua vida ceifada por tiros ou por suas dores agudas (suicídios), o que estamos conseguindo fazer?

Aqui não podemos deixar de ressaltar que mesmo em meio a tantos controles e regulamentação da vida, a construção de políticas governamentais voltadas à juventude foi efeito de lutas necessárias e fundamentais em um país que banalizou a morte de jovens negros e pobres.

Seguir por novas estradas, novos modos, se torna urgente. A atual conjuntura de país se apresenta como mais um braço imenso para o silenciamento e aniquilação de vidas jovens e negras.

Esta dissertação se propôs a contribuir para pensar novos campos de força e a produção de vida em todas as suas dimensões, com seus variados formatos. Pois: *“há sempre um mundo para gente fazer, um mundo não acabado”* (Emicida, 2013).

*“É o que eu digo e faço, não suponho, sou milionário do sonho. É difícil para um menino brasileiro, sem consideração da sociedade. Crescer um homem inteiro, muito mais do que metade. Fico olhando as ruas, as vielas que ligam meu futuro ao meu passado. E vejo bem como driblei o errado, até fazer taxista crer. Que posso ser mais digno do que um bandido branco e becado. Falo querendo entender, canto para espalhar o saber e fazer você perceber. Que há sempre um mundo, apesar de já começado, há sempre um mundo pra gente fazer. Um mundo não acabado. Um mundo filho nosso, com a nossa cara, o mundo que eu disponho agora foi criado por mim. Euzin, pobre curumim, rico, franzino e risonho, sou milionário do sonho.” (“Milionário do Sonho”, Emicida)*

## BIBLIOGRAFIA

AUGUSTO, A. S. **Política e Polícia. Medidas de Contenção de liberdade: modulações de encarceramento contra os jovens na sociedade de controle.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

BARROS, R. D. B.; PASSOS, E. **Por uma política de narratividade.** In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade.* Porto Alegre: Sulina, 2009. p.131-149.).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome/SNAS/DPSB. **Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)** Brasília, 10 de julho de 2017. [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

\_\_\_\_\_. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. IPEA. **Juventude levada em conta: demografia. 2013.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=21447](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=21447). Acesso em 22/11/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – Texto da Resolução Nº109, de 11 de novembro de 2009 – Publicada no Diário Oficial da União em 25 de novembro de 2009. [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004.** Brasília, novembro de 2005. [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; NEVES, Edilene Souza da Silva. **Juventude e Políticas Públicas: bonus ou oportunidades, perdidas?** Revista de Direitos e Garantias Fundamentais. Vitória, v. 17, n. 2, p. 241-292, jul./dez. 2016.

CASTRO, M. G; ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos: juventude participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.** Brasília: RITLA, 2009.

COIMBRA, C. M. B; NASCIMENTO, M.L. Ser Jovem , ser pobre é ser perigoso? Revista de Estudos sobre Juventud, (2005) ano 9, 22, 338-355

COIMBRA, C. M. B. **Direitos Humanos e Criminalização da Pobreza.** In: I Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje, 2006, UERJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <https://app.uff.br/slab/uploads/texto54.pdf>. Acesso em: 14/12/2018

DAGNINO, E. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?**. En MATO, D (coord.), Políticas de ciudadanía y sociedad civil em tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela. 2004. P 95-110.

\_\_\_\_\_. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa.** Política & Sociedade, N. 5 – Outubro de 2004. P. 139 – 164.

DELEUZE, G. **O que é um dispositivo?** In: Michel Foucault, filósofo. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento, Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Disponível em: <http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>. Acesso em: 20 janeiro de 2019.

FARIA, C. F; Silva, V. P; Lins, I,L. **Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 249-284.

FONSECA, D.F. **Avessos da Cidadania: um exercício analítico.** Dissertação de mestrado (Mestrado: Psicologia Clínica) – Psicologia Clínica: Estudos e Pesquisas da Subjetividade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: Nau editora, 2011.

\_\_\_\_\_, M. **Sobre a História da Sexualidade.** In: FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

\_\_\_\_\_. M. **Em defesa da Sociedade.** São Paulo; Martins Fontes, 1999. Aula de 17 de Março de 1976.

\_\_\_\_\_, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões.**

Petrópolis: Vozes, 1989.

GOULARD, M. V. S; SANTOS, N. I. S. **Juventude e Biopolítica: O poder jovem enquanto objeto de intervenção política.** Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis. Universidade de Santa Catarina, Florianópolis/SC – Brasil, 2012.

HECKERT, A. L. C.; BARROS, M. E.B.; CARVALHO, S.V. **Cidades e Políticas Públicas.** Fractal: Revista de Psicologia, v.28, n.2, p. 266-274, maio-agosto, 2016.

HECKERT, A.L.C. A & ROCHA, M.L. (2012). **A Maquinaria Escolar e os Processos de Regulamentação da Vida.** Psicologia & Sociedade, 24(n.spe.), 85-93. 91.

HECKERT, A.L.C. **Narrativas de Resistências: Educação e Políticas.** Tese de Doutorado (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

HECKERT, A. L. C. Escuta como Cuidado: o que se passa nos processos de formação e de escuta? In: PINHEIRO, R; MATTOS, R.A. (Org.) **Razões públicas para**

**integralidade em saúde: o cuidado como valor.** 1 ed. Rio de Janeiro: ABRASCO/CEPESC, 2007, v. 1, p. 199-212.

HILLESHEIM, B; CRUZ, L. R. **Risco, Vulnerabilidade e Infância: algumas aproximações.** Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, Brasil, 2008.

LARROSA, J. **Experiência e alteridade em educação.** Revista Reflexão e ação, Santa Cruz, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011.

LOURAU, Rene. (2004a). **Implicação e Sobreimplicação.** Em S. Altoé (Org.), Renê Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral. (pp.186-198). São Paulo: Hucitec.

LOURAU, Rene. (2004b). **O Estado na Análise Institucional.** Em S. Altoé (Org.), Renê Lourau: Analista Institucional em Tempo Integral (pp.140-153). São Paulo: Hucitec.

MATSUDA, F. E. **A medida da maldade: periculosidade e controle social no Brasil.** Programa de Pós-Graduação em Sociologia. PUC. São Paulo. 2009.

MIGUEL, R. M. **Projovem Adolescente em Venda Nova do Imigrante – ES e a vida dos jovens: conexões, capturas, escapes e aproximações.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia Institucional)- Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

MONTEIRO, A; COIMBRA, C; MENDONÇA, M. **Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é necessariamente público?** Psicologia & Sociedade; 18 (2): 7-12; mai./ago. 2006.

OLIVEIRA, Jane Souto de. **Barreiras, transgressões e invenções de mercado: a inserção econômica de jovens pobres.** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Brasil, 500 Anos: mudanças e continuidades. 12. 2000, Caxambu. Anais...Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2000. p. 1-24. Disponível em: [www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1025/989](http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/1025/989). Acesso em: 25.02.2018.

PASSETI, E. Menores: os prisioneiros do humanismo. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo. Dec.1986.

PASSOS, E.; BARROS, R. **A humanização como dimensão pública das políticas de saúde.** Rio de Janeiro: Ciência & Saúde Coletiva, vol.10, n ° 3, Jul/Set, 2005.

QUINTANILHA, B. C. **Participação Rizomática: Um modo de Participação Social no Sistema Único de Saúde.** Dissertação de mestrado (Mestrado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

RIBEIRO, J. H. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo: as políticas penitenciárias e de segurança pública do governo de Paulo Hartung (2003-2010).** Vitória: Editora Cousa, 2012.

SADER, E. S. **O público, o estatal e o privado**. In: HEIMAN, L. S.; IBANHEZ, L. C.; BARBOZA, R. (Org.). O público e o privado na saúde. São Paulo: Hucitec, 2005. p. 43-56.

SANTOS, K. L. **Resistências e Controles no PAIF/CRAS: o desafio de desnaturalizar práticas e inventar possíveis**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

SCHEINVAR, Estela; CORDEIRO, Denise. **Juventude em “risco social”? Dilemas e perspectivas por entre as pedras das políticas públicas dirigidas aos jovens**. Espaço: informativo técnico científico do INES, n 27, jan-jun , p.55- 63, 2007.

SIQUEIRA, Kássia de Oliveira Martins; LINO, Michelle Villaça. **Assistência Social e biopoder: produzindo “vulnerabilidades”, prevenindo “riscos” e normalizando as formas de viver**. Mnemosine, v. 9, n. 2, 2013. p. 35-53. Disponível em: <[www.mnemosine.com.br](http://www.mnemosine.com.br)>. Acesso em: 28 dez. 2018.

SOUZA, C. H. L. **A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010**. IPEA. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA.C.H.L; AVRITZER.L. **Conferências Nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividade**. IPEA. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Rio de Janeiro, 2013.

SPOSITO, M. P. ;CARRANO, P. C.R. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, nº 24, Set /Out /Nov /Dez 2003.

SPOSITO, M. P. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. (orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p.57-75.

TAVARES, G. M. **O Dispositivo da Criminalidade e suas Estratégias**. Fractal; Revista de Psicologia, V. 23 – n.1, p. 123-136, Jan/Abr 2011.

TAVARES, G. M., OLIVEIRA, F. t., BOSSATTO, t., DEUS, F. B., COELHO, d. C. VILAS-BOAS, M. N. S. **A Produção de Meninos de Projeto e Acontecimentos no Percorso**. Psicologia & Sociedade, 2011. 23 (1), 94 – 102.

VALLA, V. V. Sobre Participação Popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 14 (Sup .2): 7-18, 1998.

VALADÃO, C.C. **A gente não quer só comida: Políticas Públicas para Juventude no Espírito Santo**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Política Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.